



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**DA REDEMOCRATIZAÇÃO À DEMOCRACIA EM VERTIGEM:
UMA REFLEXÃO SOBRE AS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM DISPUTA
NA AMÉRICA LATINA**

TATIANE DE MELO CARDOSO FREITAS

Foz do Iguaçu
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**DA REDEMOCRATIZAÇÃO À DEMOCRACIA EM VERTIGEM:
UMA REFLEXÃO SOBRE AS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM DISPUTA
NA AMÉRICA LATINA**

TATIANE DE MELO CARDOSO FREITAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientadora: Profa. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci

Coorientadora: Profa. Dra. Patrícia Lânes Araújo de Souza

Foz do Iguaçu
2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

F866

Freitas, Tatiane de Melo Cardoso.

Da redemocratização à democracia em vertigem: uma reflexão sobre as memórias e histórias em disputa na América Latina / Tatiane de Melo Cardoso Freitas. - Foz do Iguaçu, 2024.

93 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu-PR, 2024.

Orientador: Tereza Maria Spyer Dulci.

Coorientador: Patrícia Lânes Araújo de Souza.

1. Memória - política. 2. Brasil - história. 3. Ditadura no cinema. 4. Brasil - democracia. 5. América Latina.
I. Dulci, Tereza Maria Spyer. II. Souza, Patrícia Lânes Araújo de. III. Título.

CDU 321.7:791

TATIANE DE MELO CARDOSO FREITAS

**DA REDEMOCRATIZAÇÃO À DEMOCRACIA EM VERTIGEM:
UMA REFLEXÃO SOBRE AS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM DISPUTA
NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA

Coorientadora: Profa. Dra. Patrícia Lânes Araújo de Souza
UERJ

Profa. Dra. Patrícia Sposito Mechi
UNILA

Prof. Dr. Fábio Allan Mendes Ramalho
UNILA

Prof. Dra. Priscila Ribeiro Dorella
UFV

Foz do Iguaçu, 04 de outubro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Declaro minha profunda gratidão a todos que participaram direta ou indiretamente nesta jornada de pesquisa, que foi construtiva e feliz. Encerro este ciclo de estudos com belas recordações, agradáveis memórias e esperançosa com o futuro desta nação e da integração latino-americana.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Tereza Maria Spyer Dulci, pela orientação, cuidado e incentivo durante toda a trajetória de pesquisa. À minha coorientadora, Patrícia Lânes Araújo de Souza e à banca examinadora Patrícia Sposito Mechi, Fábio Allan Mendes Ramalho e Priscila Ribeiro Dorella, pelas críticas, sugestões e leitura atenta durante o processo de elaboração desta dissertação.

Às professoras e aos professores do PPG-ICAL que compartilharam conhecimentos e experiências que permitiram a ampliação do meu horizonte acadêmico e de mundo. Às colegas e aos colegas do PPG-ICAL que dividiram comigo esta intensa caminhada, ao iniciarmos um mestrado durante a pandemia global do coronavírus. Apesar dos desafios de sobreviver a esse complexo momento histórico, estudar e pesquisar foi muito importante para minha saúde mental, especialmente durante a fase mais aguda de isolamento social. Ao meu grupo de pesquisa ¡DALE! - Decolonizar a América Latina e seus Espaços, pelas discussões e debates decoloniais. Ao movimento punk rock/hardcore, minha base política-ideológica. À minha terapeuta holística, Marina Luz Paim, por guiar o encontro com meu equilíbrio interior.

À minha família que merece uma menção especial. À minha avó, Maria Etelvina de Melo, por resistir e me amar incondicionalmente; foi uma das vítimas desta pandemia. À minha mãe, Mariza Aparecida de Melo, por compreender e sempre me incentivar a estudar. Ao meu esposo, Rodrigo Tadeu Alves Freitas, por acreditar em mim e por seu encorajamento contínuo durante este processo.

Por fim, agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana por proporcionar recursos e docentes, em um ambiente inovador, internacional e plural, favorável ao intercâmbio cultural, científico e educacional e ao desenvolvimento e integração da América Latina. Sou profundamente agradecida e honrada pela oportunidade de estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

*Hoje, enquanto sinto o chão
se abrir embaixo dos meus pés,
temo que a nossa democracia
tenha sido apenas um sonho efêmero.*

Petra Costa, *Democracia em Vertigem*, 2019.

RESUMO

Esta dissertação busca analisar as memórias e histórias em disputa na América Latina, especialmente no Brasil, por meio da análise dos processos políticos e históricos que permitiram o Golpe de Estado, em 1964, e o Golpe Parlamentar, em 2016, no Brasil, destacando-se os impactos da Guerra Fria, da ditadura-empresarial militar no Brasil e os movimentos das marés rosa e azul na América Latina. Assim, pretende-se explorar os processos de construção das memórias: memórias oficiais x subterrâneas; memórias coletivas x individuais; políticas de esquecimento; história oficial x história real; revisionismo histórico. Analisar, ainda, os impactos da colonização na formação da nação brasileira e na (des)construção da democracia. Por fim, pretende-se entender como as ondas conservadoras se fortaleceram na América Latina contemporânea, onde as democracias estão ameaçadas, fragmentadas e em vertigem, por meio da análise do documentário brasileiro *Democracia em vertigem* (Brasil, 2019).

Palavras-chaves: memória; história; ditadura; democracia; cinema; América Latina.

RESUMEN

Esta disertación busca analizar las memorias e historias en disputa en América Latina, especialmente en Brasil, analizando los procesos políticos e históricos que posibilitaron el golpe de Estado de 1964 y el golpe parlamentario de 2016 en Brasil, destacando los impactos de la Guerra Fría, la dictadura militar-corporativa en Brasil y los movimientos de las mareas rosa y azul en América Latina. El objetivo es, por lo tanto, explorar los procesos de construcción de las memorias: memorias oficiales vs. memorias subterráneas; memorias colectivas vs. memorias individuales; políticas del olvido; historia oficial vs. historia real; revisionismo histórico. También se analizará el impacto de la colonización en la formación de la nación brasileña y la (de)construcción de la democracia. Por último, se pretende comprender cómo se han fortalecido las olas conservadoras en la América Latina contemporánea, donde las democracias están amenazadas, fragmentadas y en vértigo, analizando el documental brasileño *La democracia en peligro* (Brasil, 2019).

Palabras clave: memoria; historia; dictadura; democracia; cinema; América Latina.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the memories and histories in dispute in Latin America, especially in Brazil, by analyzing the political and historical processes that enabled the coup d'état in 1964 and the parliamentary coup in 2016 in Brazil, highlighting the impacts of the Cold War, the military-corporate dictatorship in Brazil and the movements of the pink and blue waves in Latin America. Therefore, the aim is to explore the processes of constructing memories: official vs. underground memories; collective vs. individual memories; policies of forgetting; official vs. real history; historical revisionism. It will also analyze the impact of colonization on the formation of the Brazilian nation and the (de)construction of democracy. Finally, the aim is to understand how conservative waves have strengthened in contemporary Latin America, where democracies are threatened, fragmented and in vertigo, through an analysis of the Brazilian documentary *The Edge of democracy* (Brazil, 2019).

Keywords: memory; history; dictatorship; democracy; cinema; Latin America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ANUNCIAÇÃO.....	18
1.1 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL DE CONTENÇÃO.....	21
1.2 A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL.....	26
1.3 DA REDEMOCRATIZAÇÃO À DEMOCRACIA EM VERTIGEM.....	31
2. MEMÓRIA, HISTÓRIA E POLÍTICAS DE MEMÓRIA.....	33
2.1 SOBRE O CONCEITO DE MEMÓRIA.....	33
2.2 BATALHAS PELAS MEMÓRIAS.....	43
3. BRASIL EM VERTIGEM.....	51
3.1 DEMOCRACIA EM VERTIGEM.....	51
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

*Suor, sangue e pobreza marcaram a história
dessa América Latina tão desarticulada e oprimida.*
(Oscar Niemeyer, “Mão”,
Memorial da América Latina/SP)

A América Latina tornou-se, infelizmente, destinada a resistir a diversas repressões e crises cíclicas desde a invasão europeia, após o advento das grandes navegações no final do século XV, também conhecida como a conquista e colonização espanhola e portuguesa na América. A apropriação e ocupação das terras americanas abaixo da linha dos trópicos inauguraram um caminho progressivo de destruição, violência, genocídio e barbárie. E, mesmo após os movimentos de independência no século XIX, a população da América Latina ainda sofre com o constante controle político e econômico das classes dominantes. Assim, observa-se que uma nação pode ser oficialmente independente, porém a colonização de exploração provoca cicatrizes profundas e duradouras, uma vez que “independência (...) não necessariamente implica descolonização na medida em que há lógicas coloniais e representações que podem continuar existindo depois do clímax específico dos movimentos de libertação e da conquista da independência” (Maldonado-Torres, 2018, p. 32).

Portanto, percebe-se que as nações latino-americanas ainda hoje apresentam características e reminiscências relacionadas ao período colonial, mesmo após quase dois séculos de independência. Diante disso, é necessário batalhar pela descolonização dos espaços, instituições, corpos e mentes, além de resgatar e preservar a memória e a história para que não se permita a reprodutibilidade das barbáries, catástrofes e desumanizações ocorridas no passado e, finalmente, permitir a articulação e emancipação, de fato, dos povos latino-americanos.

Neste contexto, decolonialidade como um conceito oferece dois lembretes-chave: primeiro, mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta; segundo, serve como uma constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política. É por isso que o conceito de decolonialidade desempenha um importante papel em várias formas de trabalho intelectual, ativista e artístico atualmente (Maldonado-Torres, 2018, p.32-33).

As outrora jovens nações independentes latino-americanas ainda estavam muito conectadas à condição colonial, quando se iniciou a Guerra Fria, em 1947, logo após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A polarização do mundo em dois grandes blocos,

impactou profundamente essas nações, pois este conflito produziu períodos de ditaduras militares desumanas e aterrorizantes, que ainda reverberam na sociedade contemporânea. Após décadas de ditadura, a redemocratização dos países latino-americanos iniciou-se nos arredores da década de 1980, desde quando o continente passou por inúmeras transformações políticas e sociais.

Com o fim das ditaduras, os países latino-americanos – cada um com sua temporalidade e características específicas – passaram pelo complexo processo de redemocratização, que refletia as tensões, embates e negociações dos atores políticos envolvidos. Inseridos em conjunturas políticas distintas e condicionados pela correlação de forças dos grupos políticos nacionais, os países latino-americanos tiveram que enfrentar o desafio de lidar com seu passado autoritário e com as demandas de reparações das violações dos direitos humanos cometidas durante as ditaduras, no bojo do que ficou conhecido como Justiça de Transição (Silva; Quadrat, 2021, p. 1- 2).

O período imediatamente posterior às transições democráticas foi bastante conservador e pautou-se pelos princípios neoliberais. Entretanto, após os anos 2000, observou-se uma onda progressista, também chamada de “maré rosa”¹ ou “giro à esquerda”, que passou a ocupar o poder de parte dos países na região. “Aos triunfos iniciais destes agrupamentos em países como Venezuela, Brasil, Argentina e Bolívia, somaram-se mais tarde Nicarágua, Paraguai, Equador e El Salvador, consolidando com isso um ciclo progressista sem precedentes na América Latina” (Santos; Pitillo; Villamar, 2020, p.7).

Após cerca de uma década de desenvolvimento social e crescimento econômico, a crise mundial de 2008 impactou a região e, em consequência, a partir da década seguinte, gerou ondas conservadoras, também denominadas de “maré azul”, que avançaram vigorosamente. “Várias forças políticas foram retiradas do poder, seja por derrotas eleitorais, seja por novas formas de golpes de Estado. Outras permanecem no poder, porém tendo que enfrentar cada vez mais uma direita, muitas vezes de contornos fascistas” (Santos; Pitillo; Villamar, 2020, p.8).

O golpe parlamentar brasileiro, também chamado de *impeachment*² pelos atores políticos e midiáticos que o promoveram, não foi um caso isolado na América Latina. Neste período de “maré azul” latino-americana, o continente sofreu uma sequência de golpes parlamentares: Honduras (Manuel Zelaya, 2009), Paraguai (Fernando Lugo, 2012), Brasil

¹ As duas primeiras décadas do século XXI na América Latina e no Caribe foram marcadas pela ascensão e declínio de governos progressistas e conservadores, que em maior ou menor medida pareciam tender à acomodação. No esforço pela convivência democrática entre diferentes forças políticas, as esquerdas fizeram as maiores concessões e exigiram pouco em contrapartida” (Mechi; Dulci, 2023, p.9).

² “Tal ato se configurou como um golpe de Estado por não apresentar crime de responsabilidade - como determina a Constituição - e ser fruto de uma operação de grande envergadura, envolvendo o Congresso, a grande mídia (Rede Globo à frente) e setores do Judiciário” (Santos; Pitillo, 2020, p.221).

(Dilma Rousseff, 2016), Bolívia (Evo Morales, 2019) e Peru (Pedro Castillo, 2022). Esta nova onda de golpes de Estado, ou “neogolpes”, se apresentam disfarçados e legitimados constitucionalmente, pois proporcionam uma melhor aceitação da população civil, bem como favorecem as relações internacionais” (Freitas; Lima; Silva, 2023, p. 433).

A situação agravou-se com a chegada da pandemia de COVID-19, no início dos anos 2020, conjuntura que exacerbou a polarização entre a direita e à esquerda, além de acentuar ainda mais as desigualdades sociais, econômicas e políticas em toda América Latina. Observa-se, ainda, que a região foi um dos epicentros mundiais em quantidade de contaminação e mortes ocasionadas por coronavírus³.

Portanto, pretende-se, nesta dissertação, explorar alguns dos caminhos da redemocratização, após os governos ditatoriais, até o presente, momento em que as democracias estão ameaçadas, fragmentadas e em vertigem. Neste contexto, analisaremos o documentário *Democracia em vertigem* (Brasil, 2019), como objeto de estudo da presente investigação, o que proporcionará uma melhor compreensão destes movimentos históricos, pois apresenta imagens históricas que atravessam o período ditatorial, a redemocratização e a democracia, que sofre mais um golpe visceral, com um *impeachment* e uma eleição de um presidente com histórico de carreira militar, que não apenas legitima, mas exalta, saudosamente, esta violenta forma de governo.

O documentário apresenta, em primeira pessoa - narrado pela própria diretora, Petra Costa - a crise política brasileira, os acontecimentos da prisão do ex-presidente Lula (2018), os bastidores do golpe parlamentar, por meio do *impeachment* da ex-presidenta Rousseff (2016), a intensificação da polarização política na população brasileira e a ascensão da extrema-direita no país, com a eleição do candidato Jair Bolsonaro como presidente do país (2018-2022).

Cumprir destacar que a história, como era de se esperar, continuou após o final da narrativa do documentário e durante a escrita desta dissertação, quando observamos a derrota do Bolsonaro nas eleições de 2022, num pleito eleitoral disputadíssimo, que resultou com a eleição do presidente Lula. Imediatamente após o resultado da eleição, em 30/10/2022, apoiadores fanáticos e radicais, pró-Bolsonaro, realizaram manifestações pró-golpistas, acampados em frente a quartéis militares em diversas cidades do país e exigiam intervenção militar. Esses acampamentos foram impulsionados por discursos de ódio,

³ "Esta afirmación se basa en los datos de mortalidad (CEPAL, 2021 e y 2021f; CEPAL/OPS, 2020 y 2021). En América Latina y el Caribe se encuentra el 8,4% de la población mundial, pero al 28 de febrero de 2022 ya había sumado casi 66 millones de contagios (un 15% del total mundial) y 1,65 millones de muertes (un 28% del total mundial)" (OMS, 2022) (CEPAL, 2022, p.17).

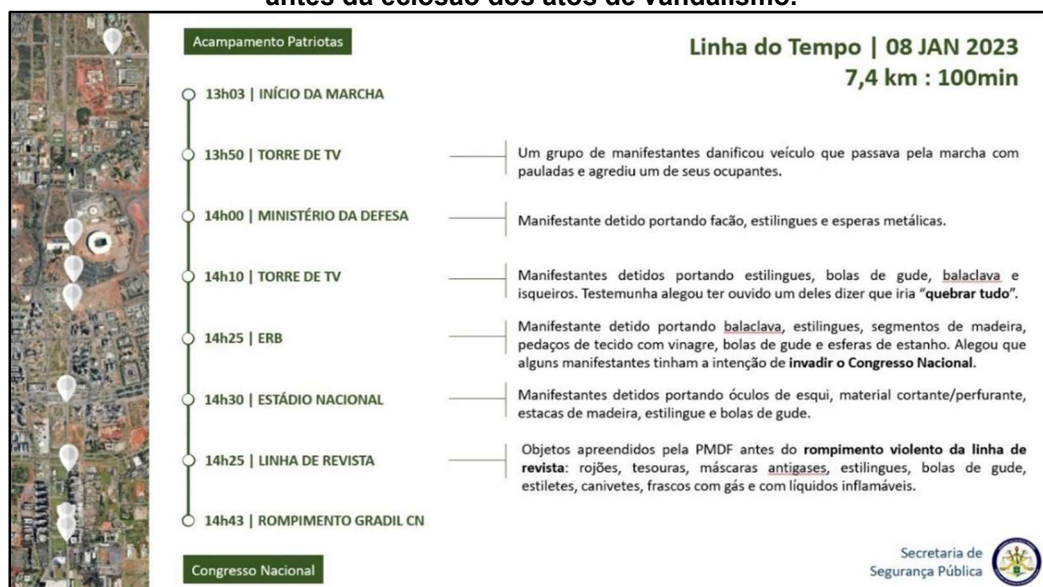
orações, violência e *fake news*, patrocinados financeiramente por empresários bolsonaristas e amparados pelo próprio exército. “As intenções golpistas dos acampamentos eram explícitas, assim como o plano de invadir o Congresso Nacional” (Costa, 2023, p. 16).

Havia estruturas montadas para apoio de refeições e carro de som para disseminação de informações e coordenação dos manifestantes, evidenciando que o acampamento, desde sua instalação, foi elemento crucial para o desenvolvimento das ações de perturbação da ordem pública que culminaram nos atos do dia 08 de janeiro de 2023 (Capelli, 2023, p.54).

Lula tomou posse, de seu terceiro mandato, em 01/01/2023, porém os manifestantes golpistas que não aceitaram o resultado das eleições, após 71 dias acampados, materializaram a tentativa de golpe, em 08/01/2023, quando invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília–DF: o Congresso, o Superior Tribunal Federal e o Palácio do Planalto.

Na tarde do fatídico 08 de janeiro de 2023, os manifestantes do acampamento do QG do Exército de Brasília, acompanhados por brasileiros ‘patriotas’ que chegaram em caravanas de várias partes do país, iniciaram uma marcha, organizada e planejada, até o Congresso Nacional, conforme a relação de incidentes registrados pela Secretaria de Segurança Pública, observados no quadro 1.

Quadro 1: Incidentes registrados no dia 08 de janeiro de 2023, antes da eclosão dos atos de vandalismo.



Fonte: Capelli, 2023.

Os manifestantes realizaram a ocupação dos espaços dos poderes legislativo, executivo e judiciário, sem resistência da polícia militar e da tropa da Força Nacional (Costa,

2023; Capelli, 2023). Os atos de vandalismo resultaram em destruição, fogo, pichação e depredação sem precedentes do patrimônio público federal, incluindo obras de arte de valores inestimáveis, além de mais uma ameaça à democracia brasileira.

Em busca de compreender a ampla conjuntura dos fatores que trilharam o caminho à vertigem, a presente dissertação possui método qualitativo e explicativo de pesquisa, com aplicação de pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias, como livros, filmes, jornais, revistas científicas, documentos governamentais oficiais, páginas web e dissertações e teses de pós-graduação *stricto sensu* (Severino, 2017).

Desta forma, no primeiro capítulo, intitulado “anúnciação”, realiza-se uma análise dos processos históricos que constroem um panorama sobre a formação da nação brasileira, concentrando-se na época da Guerra Fria, em especial nos anos das ditaduras militares e seus efeitos na América Latina, assim como o ambicioso e estratégico papel estadunidense na estruturação de uma conjuntura de terror. A análise é baseada, principalmente, nos aportes de Eric Hobsbawm (1995), Walter Benjamin [1940]/(1996), Francisco Buitrago (2003), João Roberto Martins Filho (2002/2005), Marcos Napolitano (2018) e René Dreifuss (1964).

Já no segundo capítulo, “Memórias, história e políticas de memórias” busca-se entender o conceito de memória e a sua relação com a história e identificar os diferentes tipos de memória à luz das teorias de Maurice Halbwachs [1968] /(1990), Michael Pollak (1989), Alejandro Baer (2010), Pierre Nora (1993), Joël Candau (2011), Johann Michael (2010) e Elizabeth Jelin (2017). Em seguida, debate-se sobre os lugares de memória e as políticas de memória, em que observamos como as políticas públicas relacionadas à memória impactam profundamente na constituição de uma nação e de uma sociedade, baseada em uma versão hegemônica da história, além de fomentar o esquecimento de um passado não hegemônico. Finalizamos o capítulo tratando sobre as batalhas pelas memórias.

No terceiro e último capítulo, analisamos a narrativa cinematográfica do documentário *Democracia em vertigem* (2019), em que será possível observar a potência da imagem e linguagem audiovisual como instrumentos para refletir sobre os processos históricos e as estruturas de poder do sistema capitalista. *Democracia em vertigem* apresenta uma narrativa documental por meio de analogias entre a vida pessoal da diretora e a democracia brasileira, em que ela própria é a narradora, em primeira pessoa, e a partir da sua perspectiva, de uma cineasta jovem, branca e da elite. A linearidade do enredo baseia-se nos acontecimentos políticos da recente democracia brasileira, instituída após o declínio da ditadura militar, e da pequena Petra, que assistia em seu aniversário de um ano,

em 1984, as manifestações favoráveis às “Diretas Já”, um forte e numeroso movimento político e popular que reivindicou a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente e marcou o início do processo de redemocratização no país.

Assim como a diretora do documentário cruza as linhas das suas memórias e a da democracia, também percebo as minhas próprias linhas nesta encruzilhada. A democracia brasileira, Costa e eu temos quase a mesma idade; Costa e eu nascemos no mesmo mês de julho de 1983, com poucos dias de diferença, ainda no final do período militar brasileiro e crescemos em uma sociedade em processo de redemocratização. Ela, descendente de uma família tradicional da elite brasileira, neta de um dos fundadores de uma das maiores construtoras do Brasil.

Eu, paulistana, neta de nordestinos, que migraram para São Paulo, no início da década de 1950⁴, em busca de uma vida mais digna, no momento pós-guerra. Assim, no final da década de 1980, no início da redemocratização do país, eu crescia na periferia da zona sul de São Paulo, em um bairro não muito distante da efervescência política do ABC Paulista. A praça, em frente à igreja católica⁶ que eu frequentava, era palco para inúmeros comícios, realizados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), onde Lula discursava vibrantemente, enquanto eu assistia animada e encantada aos seus discursos, observando todo aquele mar de bandeiras e estrelas vermelhas, mesmo sem entender muito bem tudo aquilo que acontecia ao meu redor. Nessas ocasiões, estava sempre acompanhada da minha mãe, pernambucana, chefe de família, classe trabalhadora e mãe solo, que também acreditava em um futuro melhor, para o país e para mim. Ainda pequena, esperava ansiosa pelo dia das eleições para votar, no lugar da minha mãe, em cédulas de papel; sempre um momento de celebração.

⁴ A década de 1950 foi marcada por intenso fluxo migratório do Nordeste para o Centro-Sul, onde o processo de industrialização estava acelerado, como política do governo de Juscelino Kubitschek. “Sem embargo, a década de 1950 foi um momento de inflexão na dinâmica migratória interna. Na medida em que a expansão do setor industrial em São Paulo, principalmente com a vinda das montadoras para a região do ABC paulista, criou uma nova demanda por força de trabalho na metrópole” (Silva, 2008, p. 25).

⁵ O ABC paulista foi palco dos grandes movimentos grevistas no final da década de 1970 e início da década de 1980, liderados pelos Sindicatos dos Metalúrgicos, nos últimos anos do regime militar. “Da organização do polo mais combativo e atuante do movimento sindical, em combinação com uma miríade de outros movimentos sociais, nasceram algumas das principais entidades de extração popular que, nas décadas seguintes, tiveram papel destacado na reconstrução da democracia no país: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central de Movimentos Populares (CMP) etc” (Ladosky; Oliveira, 2014, p. 148).

⁶ A igreja católica foi uma das entidades de apoio aos movimentos grevistas do ABC Paulista. “A esquerda católica, herdeira da Ação Popular e de suas dissidências que explicitamente se filiaram ao marxismo e das novas organizações de base nos bairros e sindicatos, também era forte no movimento estudantil e nos novos movimentos sociais. A sua ênfase era em uma ‘democracia da pessoa humana’, consubstanciada na auto-organização de base, eventualmente tutelada pela Igreja, que se afirmava mais como anticapitalista do que como socialista de linhagem marxista” (Napolitano, 2018).

Assim que completei 16 anos, já tirei meu título de eleitor e o meu voto foi um, dentre os 52.793.364 votos⁷ que elegeram Lula para seu primeiro mandato, nas eleições de 2002. Foi o mesmo ano em que fui aprovada em um dos vestibulares mais disputados do país e iniciei a minha graduação em Letras, na Universidade de São Paulo (USP). Fui a primeira da minha família a obter um diploma universitário. Anos mais tarde, após o golpe parlamentar, em 2016, e a eleição de um candidato antidemocrático, em 2018, assistir o documentário *Democracia em vertigem*, foi como testemunhar uma retrospectiva da democracia e da minha própria vida. Em lágrimas, enquanto eu sentia o chão se abrir debaixo dos meus pés e assistia a uma democracia estabelecida se esfalecer diante dos meus olhos, acreditei que necessitava retornar aos bancos universitários, para acalantar meu coração, revigorar a minha mente e entender mais profundamente os caminhos que nos conduziram à vertigem.

⁷ Lula venceu as eleições de 2002 com 61,27% dos votos válidos no segundo turno (TSE, 2002).

1. ANUNCIAÇÃO

*De que forma historicizamos
o acontecimento dos desistoricizados?
(Homi Bhabha)*

Em suas teses sobre o conceito da história, Benjamin [1940]/(1996) discorre sobre a história dos vencidos e dos vencedores, onde a história universalmente conhecida como verdadeira é a história dos vencedores, enquanto a história dos vencidos é, historicamente, silenciada. A história é construída pela própria humanidade, porém a parte que, na maioria das vezes, os indivíduos conhecem é construída por reminiscências de um passado, a partir do ponto vista do vencedor, ou seja, a história é contada a partir das ideologias da classe dominante. Portanto, é importante questionar as verdades impostas como histórias únicas, e ressignificar o passado silenciado, em busca da reconstrução do *continuum* da história.

De acordo com Hobsbawm (1991, p.19), “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. Portanto, assim como a história é construída, os conceitos de nação e nacionalismo também são estrategicamente construídos e estabelecidos pelos dominadores. Após o advento do iluminismo, ficção e história não se encontram mais em polos opostos, mas mesclados e articulados. A noção de verdade não é mais absoluta e, diante disso, deve-se reconstituir os fatos históricos, com o devido cuidado com os diferentes pontos de vista e o anacronismo, para assim interpretar as narrativas a partir da imbricação entre narrativa e história, de modo a ampliar a compreensão do mundo. Para Didi-Hubermann (2017, p.122), “não há futuro, sem reconfiguração do passado”, portanto, destaca-se a importância de reconstituir a história, para reparar o passado sombrio e vislumbrar novas alternativas para o futuro.

Tendo isso em conta, vale a pena refletir acerca da produção da história e da historiografia brasileira. Após a independência (1822) e a abdicação de D. Pedro I (1831), o país passou por diversas revoltas regenciais regionais de caráter separatista, insurreições de pessoas escravizadas e movimentos abolicionistas. Assim, a ideia da criação de um instituto nacional ganhou espaço. De acordo com Guimarães (1988), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838, idealizado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), e, desde a primeira reunião, foi patrocinado e defendido pelo imperador D. Pedro II. O projeto político-ideológico do IHGB consistiu em construir a história do Brasil e o conceito de nação. Vale ressaltar que a literatura também foi utilizada como

importante instrumento para a formação da jovem nação. Destacamos que “a Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento nos trópicos, de uma civilização branca e europeia” (Guimarães, 1988, p. 8). E, ainda, conforme Santos e Vasconcelos (2007, p.33):

No caso dos países latino-americanos, marcados por heranças da colonização europeia e da escravidão, “formar a nação”, significa dois movimentos: por um lado, conquistar a independência, e, por outro, atingir um nível de igualdade social capaz de embasar uma nova identidade nacional, com densidade popular.

No entanto, observa-se que o nacionalismo idealizado pelo IHGB, com o patrocínio de D. Pedro II, foi responsável pela tentativa de construção da nação e do nacionalismo ao mesmo tempo, a partir do ponto de vista dos ilustres homens letrados da elite, fundadores do IHGB, claramente alinhados aos objetivos políticos do Império brasileiro: “parte significativa dos 27 fundadores [do IHGB] pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, (...), criada nos princípios de recusa ao ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à casa reinante de Bragança” (Guimarães, 1988, p.10).

A historiografia criada pelo IHGB definirá um nacionalismo mítico, de exaltação a um sublime passado colonial, que não existiu, “esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilidade: índios e negros” (Guimarães, 1988, p. 7).

Neste contexto, D. Pedro II esteve à frente do poder durante um período de profundas transformações, em um momento significativo para a construção da nação brasileira. Entretanto, pouco mais de um ano após a abolição da escravatura (1888), foi deposto por um golpe militar que culminou com a Proclamação da República, em 1889, amplificando um legado de golpes militares que se iniciou com a queda da coroa portuguesa. Posteriormente, observa-se que os militares permaneceram no poder, direta ou indiretamente, passando pela Primeira República, Era Vargas, e alcançaram o posto máximo do Poder Executivo Federal no Golpe de 1964. E, ainda hoje, permanecem, indiretamente, no poder. Assim, notamos como os militares, apoiados pelas elites, exerceram, e ainda exercem, um forte poder no cenário da política brasileira. Conforme Buitrago (2003, p. 76):

Por lo general, las instituciones militares fueron más fuertes que las demás instancias estatales, lo que facilitó que se autoproclamaran como dinamizadoras de la economía e integradoras de la sociedad, (...) concepto de patria, como identidad territorial propia, lo equiparan al concepto de nación. De estas ideas se desprende que el último recurso que tiene la sociedad para salir de sus crisis es recurrir a la orientación de sus instituciones militares.

Dado o exposto, a forte presença histórica dos militares no Estado brasileiro, especialmente durante as primeiras décadas do século XX, foi fundamental para criar o espaço necessário para as intervenções militares que acontecerão nas décadas seguintes.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, quando as jovens nações latino-americanas ainda estavam muito conectadas à condição colonial e dominadas pelas elites, observamos a fragilização do continente europeu, assim como das antigas potências mundiais, e, diante disso, o estabelecimento de duas novas “superpotências”: os Estados Unidos, que saem fortalecidos e beneficiados economicamente deste período e a União Soviética, revigorada após a vitória do exército vermelho na Segunda Guerra Mundial. Inclusive, “uma das ironias deste estranho século [século XX] é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra como na paz” (Hobsbawm, 1995, p. 21).

Em sequência, imediatamente no período posterior, inicia-se a Guerra Fria (1945-1991), que resultou na polarização política e ideológica do mundo em dois grandes blocos, Estados Unidos, liberal-capitalista, e União Soviética, socialista-comunista, configurando-se em uma nova ordem mundial, onde impactos ocorreram em todos os países do mundo, em maior ou menor grau, inclusive nas nações latino-americanas ainda em construção. Durante a Guerra Fria, houve a disputa “por meio da intimidação, como uma extensão da lógica do equilíbrio de poder, e da contenção, ofensiva e defensiva, via poder militar (guerra ou alianças), poder econômico (blocos ou sanções) e poder brando (ideias e valores)” (Stephan, 2016, p. 540).

Por mais de quarenta anos, as duas superpotências realizaram uma competição armamentista, bélica e nuclear, que concebeu uma sociedade mundial em permanente estado de alerta. Havia o pânico e o terror de uma guerra com armas nucleares que nunca se concretizou. E, que, na verdade, dificilmente se concretizaria, de fato: “Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade” (Hobsbawm, 1995, p. 376). Fica claro, portanto, que Estados Unidos e União Soviética:

(...) aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudessem levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo (Hobsbawm, 1995, p. 378).

Neste mundo dividido entre comunistas e anticomunistas, os Estados Unidos precisavam garantir que o seu “quintal” latino-americano permaneceria alinhado ao

capitalismo. Desta forma, “a suposição da ameaça comunista levou os EUA a consolidarem instrumentos de defesa continental que se espalharam pela América Latina” (Stephan, 2016, p.241).

1.1 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL DE CONTENÇÃO

Nesta conjuntura, os Estados Unidos lançaram a Doutrina Truman (1947) ou Doutrina da Segurança Nacional de Contenção (DSNC), como consolidação de defesa, em formato de política de contenção à expansão do comunismo. Esta circunstância culminou na formulação e definição da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no continente, que consistia em uma estratégia geopolítica de defesa do Estado contra o espectro do comunismo que, supostamente, rondava a região, além de realizar treinamentos militares com o objetivo de alinhar toda a América Latina à doutrina capitalista estadunidense. Dessa forma, “a grande questão era a disseminação e a manutenção da ideologia liberal-capitalista e do “American way of life”, e o regime democrático dos EUA contribuía para a sustentação do anticomunismo como retórica diplomática na Organização das Nações Unidas (ONU)” (Stephan, 2016, p. 542).

Assim, com a instalação da DSN, os militares e as forças armadas passam a lutar contra inimigos internos: os supostos comunistas e subversivos, “el enemigo interno podía ser cualquier persona, grupo o institución nacional que tuviera ideas opuestas a las de los gobiernos militares” (Buitrago, 2003, p. 75). Logo, essa doutrina passa a ser o núcleo da segurança nacional na América Latina:

La Doctrina de Seguridad Nacional ha sido el mayor esfuerzo latinoamericano por militarizar el concepto de seguridad. Además, al ubicar el componente militar en el centro de la sociedad, trascendiendo las funciones castrenses, la Doctrina se convirtió en la ideología militar contemporánea de mayor impacto político en la región (Buitrago ,2003, p. 75).

A Conferência Inter-Americana para a Manutenção da Paz e da Segurança Continental foi realizada em 1947, em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, para propagar a doutrina na América Latina, com a participação de quase todos os países da região. Esta conferência resultou na assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ou “Tratado do Rio”, que tratou sobre a cooperação militar entre Estados Unidos e América Latina (Martins Filho, 2005, p. 109). Conforme afirma Pereira (2010, p.312):

A ideia de que o desenvolvimento e a segurança poderiam ser alcançados por meio de uma “modernização militar” tornou-se um fundamento básico da abordagem que o governo dos Estados Unidos, especialmente durante a gestão John Kennedy, fez da América Latina. Os formuladores da política externa estadunidense temiam que os habitualmente reprimidos setores das sociedades latino-americanas, uma vez aliados da ordem política tradicional, poderiam escolher o comunismo ao invés da democracia.

A partir deste momento, ao mesmo tempo em que os militares combatiam a suposta ameaça comunista, milhões de dólares foram investidos anualmente para a modernização das armas de guerra e equipamentos militares, que, efetivamente, não teriam utilidade alguma em uma suposta guerra nuclear. Além disso, houve investimentos em treinamentos e “doutrinações” dos militares em diversas escolas militares. Nessa perspectiva, Pereira (2010) sustenta que:

Entre 1961 e 1966, uma média anual de cerca de 3.500 militares latinos receberam treinamento em escolas militares mantidas pelos Estados Unidos, como, por exemplo, a U.S. Army Caribbean School in the Canal Zone, mais conhecida como “Escola das Américas”. (...) Nessa “escola” ensinavam-se, entre outros, cursos como operações clandestinas; comunismo e democracia; uso de informantes; interrogatório de prisioneiros e suspeitos; usos de rádio, fotografia e vídeo no trabalho de inteligência; manipulação de encontros e reuniões de massa; infiltração em guerrilhas e movimentos armados de esquerda (Pereira, 2010, p. 314).

Logo após a assinatura do “Tratado do Rio”, pioneiramente, na América Latina, o Brasil instituiu a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, para treinamento e formação militar e ideológica dos militares e civis brasileiros, onde a DSNC foi propagada, assim como os ensinamentos da “Escola das Américas”⁸. A ESG “foi um dos focos de disseminação e aperfeiçoamento dessa doutrina [DSN], que também era ensinada em escolas de formação de quadro militares nos EUA, como a *National War College*” (Napolitano, 2018, p.12). Nesse sentido, Stephan (2016) afirma que:

A associação entre segurança e desenvolvimento facilitou a assimilação da DSNC pela elite militar da ESG. Não há dúvida que a DSNC estadunidense contribuiu para a participação dos militares na política brasileira por meio da retórica polarizada da segurança nacional, do medo da ameaça comunista, dos treinamentos e acordos militares, econômicos e tecnológicos, ainda que não seja o único fator relevante para o estabelecimento de um Estado de Segurança Nacional no Brasil (Stephan, 2016, p.561).

Atualmente, a ESG é integrante da estrutura da Chefia de Educação e Cultura do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa e foi responsável pela

⁸ A Escola das Américas (La Escuela de las Americas) foi fundada em 1946, no Panamá, operada pelo exército estadunidense, “con el objetivo de entrenar a soldados latinoamericanos en técnicas de guerra y contrainsurgencia. Por sus aulas *han pasado más de 83.000 alumnos*, muchos de los cuales han resultado ser destacados violadores de los derechos humanos en sus propios países” (SOAW, 2023).

constituição das forças armadas brasileiras, como pode ser observado no seu discurso oficial: “ao longo de mais de setenta anos de existência, mais de dezoito mil Esquianos foram diplomados, entre eles quatro Presidentes da República, Ministros de Estado e outras personalidades notáveis do cenário político brasileiro” (Brasil, ESG, 2023). Com isso, percebe-se a perpetuação dos ensinamentos da “Escola das Américas” na estrutura de ensino e doutrinação das atuais e futuras gerações que acabam por ocupar cargos políticos no país. A quantidade de militares que ocupavam cargos no Executivo Federal aumentou desde 2013, atingiu o recorde em 2020, no governo Bolsonaro, com 3.104 militares e voltou a cair em 2023, após a posse do novo governo Lula, conforme se observa no quadro 2 abaixo:



Fonte: Mali, Drive/Poder 360, 2023.

Porém, vale ressaltar que a partir de 1968, como resultado da crise da Guerra do Vietnã, as preocupações estadunidenses voltaram-se ao sudoeste asiático e houve um redirecionamento da política externa com a elaboração da Doutrina Nixon (1969). Neste momento, o fornecimento de armas para a América Latina foi suspenso, assim como outros auxílios foram reduzidos e limitados. Os EUA determinaram um limite para empréstimos e vendas de equipamento militares na América Latina, o que acabou levando os países a procurarem fornecedores na Europa, além de desestabilizar a confiança entre os EUA e os países latino-americanos. Ainda importa destacar que houve intensa participação do

governo Nixon no Golpe de Estado chileno que destituiu o presidente Salvador Allende, em 1973 (Martins Filho, 2005, p. 123-4).

Apesar disso, foi somente no governo Carter que os acordos bilaterais, vigentes desde a década de 1950, foram rompidos entre EUA e os países latino-americanos. Em 1977, “o governo brasileiro de Ernesto Geisel usou como justificativa, a introdução de modificações na legislação norte-americana que mudaram de forma inaceitável as condições para a cooperação militar entre os dois países” (Martins Filho, 2005, p. 127). Já na década de 1980, o governo de Reagan tentou reconstruir a política externa com a América Latina, com novos programas de treinamento e vendas de armas, quando se destaca “a retomada das ideias da contra insurreição, agora sob o manto da ‘guerra de baixa intensidade’” (Martins Filho, 2005, p. 133).

Neste contexto de mundo polarizado, também surgiu o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), com o propósito de unir os países do então chamado “terceiro mundo”. Composto por nações da América Latina, Ásia e África, tinha como meta manter a neutralidade diante o conflito (Guerra Fria), além de ser um canal para estabelecer alianças econômicas, sociais e políticas, a fim de garantir apoio recíproco e solidário entre os membros que dividiam as mesmas questões sociais fundantes produzidas pelo colonialismo, tais como pobreza, repressão, genocídio e racismo (Krepp, 2020).

No início da década de 1960, o governo brasileiro participou de alguns encontros do MNA, tentando estabelecer parcerias comerciais e identificar parceiros potenciais, como a Iugoslávia, que só durou até 1964, diante do realinhamento do Brasil aos EUA e da Iugoslávia à URSS. Outros países latino-americanos tiveram tímida participação neste movimento, com poucos representados nas conferências mundiais (Belgrado, 1961 e Cairo, 1964), uma vez que as elites latino-americanas, majoritariamente brancas e eurocentradas, não se sentiam parte das causas e lutas idealizadas pelo MNA e, ainda, se viam cultural e socialmente superiores aos africanos e asiáticos (Krepp, 2020, p.100-10).

Apesar disso, esse movimento gerava preocupação aos Estados Unidos, que, neste momento, já haviam implantado o programa “Aliança para o Progresso”. Este programa previa investimentos financeiros e treinamentos para os militares latino-americanos para reprimir a contra insurgência e alinhar os países da América Latina aos ideais e objetivos estadunidenses. Enfim, “no plano do discurso, as Forças Armadas da América Latina deveriam cumprir o papel de garantir a ‘estabilidade continental’, possibilitando que a atenção americana se concentrasse nos focos principais das tensões da Guerra Fria” (Martins Filho, 2005, p. 113).

De fato, a América Latina não se destacava nas primeiras posições entre as regiões de foco de preocupação dos EUA durante a Guerra Fria. No entanto, o golpe de estado na Guatemala (1954), que foi o primeiro financiado pela CIA na América Latina, justificado como ação contra uma suposta ameaça comunista, especialmente após a realização de reformas sociais e trabalhistas, com destaque para a reforma agrária (1952) realizada pelo presidente Jacobo Arbenz⁹.

O golpe de junho de 1954 na Guatemala foi a primeira intervenção na ordem interna de um país latino-americano planejada de forma minuciosa, coordenada no plano internacional, e que teve como principal finalidade eliminar da vida política, de forma radical, a participação efetiva de comunistas e outros grupos de esquerda, assim como de trabalhadores rurais organizados, estes últimos indígenas em sua ampla maioria. A derrubada violenta do governo de Jacobo Arbenz na Guatemala inaugurou na região da América Latina e do Caribe um longo ciclo de ditaduras e terrorismo de estado, implantados de forma sistemática mediante a difusão de técnicas de contra-insurgência pela Escola das Américas (Martins, 2016, p. 24).

Assim, após o golpe guatemalteco (1954), o êxito da Revolução Cubana (1959) e o episódio da crise dos mísseis soviéticos (1962), a América Latina recebeu mais destaque nas intervenções contra a subversão e o comunismo, pois os EUA procuraram evitar que uma nova guerrilha revolucionária, como a cubana, sucedesse em outros países latino-americanos. Desta forma, como afirma Buitrago (2003):

Cuba se constituyó en el punto de referencia obligado de las “vanguardias revolucionarias”, no solamente como modelo para seguir, sino también como centro de entrenamiento de cuadros guerrilleros. América Latina se convirtió entonces en el campo para enfrentar una subversión considerada en los medios castrenses como parte de la Guerra Fría (Buitrago, 2003, p. 77).

Portanto, é evidente que a Revolução Cubana estabeleceu uma rotação na política externa estadunidense e desempenhou um papel fundamental em relação ao aumento da repressão e contenção da luta anticomunista na América Latina, o que, paradoxalmente, “legitimou” diversos golpes de Estado nos países da região.

1.2 A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL

No Brasil, o golpe de Estado foi realizado pelos militares, porém recebeu apoio das elites e empresas nacionais, além da imprensa e, claramente, dos Estados Unidos. Desta

⁹ “Jacobó Arbenz obteve mais de 65% dos votos nas eleições de novembro de 1950 e assumiu a presidência no ano seguinte com o compromisso de aprofundar a revolução democrática em curso no país. Em junho de 1952, foi deflagrado o processo de reforma agrária, que beneficiou centenas de milhares de camponeses e afetou interesses das oligarquias locais e da United Fruit Company” (Martins, 2016, p. 7).

forma, a “intervenção militar de 1964 inaugurou o Estado de Segurança Nacional no Brasil, com a institucionalização de um regime de natureza autoritária e baseado nos princípios de contenção do comunismo (inimigo externo) e da subversão (inimigo interno)” (Stephan, 2016, p. 553). Os militares tomaram o poder no país por meio da promulgação do Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964, no qual se destaca o prólogo:

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional (Brasil, 1964).

Diante disso, percebe-se que a narrativa construída pelos militares golpistas foi de reconstrução da nação brasileira para o povo, em nome de uma revolução anticomunista, que não estava, de fato, no panorama nacional à época. Contudo, o objetivo era manter os interesses das elites locais, como sempre ocorreu nestas terras, desde a invasão em 1500. Destaca-se um detalhe importante, porém esquecido no imaginário popular, que o golpe no Brasil “envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia” (Napolitano, 2018, p. 43-4). Portanto, observa-se que o golpe no Brasil foi promovido pelos militares, mas com apoio dos empresários, civis, e, também, com o suporte dos principais meios de comunicação midiáticos impressos, como *O Jornal do Brasil*, de grande influência e circulação nacional, e de televisão e rádio, no que resultou em uma grande articulação nacional, denominada “Rede da Democracia”, responsável pela manipulação das notícias que eram divulgadas:

Os jornais passaram a ser peças-chave na conspiração a partir do final de 1963. Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no próprio coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República. A luta pelas “reformas”, na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, tinha se tornado a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado. (...) A imprensa preparou o clima para que golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais

amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela “opinião publicada”. Como em outras épocas da história do Brasil, a opinião publicada não era necessariamente a opinião pública majoritária (Napolitano, 2018, p. 46-7).

A suposta defesa do país por meio da bandeira do anticomunismo e contra a subversão foi usada pelas elites civis, militares e empresariais para conspirar contra o governo de João Goulart, popularmente conhecido como Jango, e legitimar o golpe, porém o objetivo era manter os interesses das elites conservadoras, bem como suas terras, lucros e poder (Napolitano, 2018).

A participação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1962, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, foi fundamental para a articulação e o sucesso do golpe. Essas organizações contaram com financiamento estadunidense da Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency - CIA) e manifestavam o discurso conservador e anticomunista de combate a subversão, que era disseminado por meio de colunas e notícias veiculadas em diversos meios de comunicação de massa disponíveis, desde aqueles de pequena, média e grande circulação regional até os gigantes de circulação nacional, como *A Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Correio do Povo*, *Diário do Paraná*, *Jornal da Tarde*, *O Globo*, *Rádio Eldorado*, *Rádio Globo*, *TV Record*, entre outras. “Dessas notícias, uma que provocou grande impacto na opinião pública foi que a União Soviética imporia a instalação de um gabinete comunista no Brasil” (Dreifuss, 1981, p. 233).

A articulação entre militares, empresários e a elite foi muito bem estruturada, subsidiada e financiada para engendrar a publicação de notícias de impacto, visando formar e manipular a opinião pública. O complexo IPES/IBAD era o responsável pela concepção, idealização e publicação dessas notícias, que “tinham um caráter de propaganda ‘deturpadora’, ou seja, eram basicamente factuais e continham informação cuidadosamente selecionada à qual se adicionava uma certa ‘torção’. Já outros trabalhos eram mentiras declaradas ou ficção” (Dreifuss, 1981, p. 236). Importante destacar que a maioria dessas publicações não eram vinculadas diretamente aos institutos IPES/IBAD, mas sim a escritores, intelectuais, artistas, jornalistas, entre outros, que publicavam os textos ou comunicações orais, em diversos meio midiáticos, criando, assim, “uma extraordinária equipe para manipulação da opinião pública” (Dreifuss, 1981, p. 232).

Logo, percebe-se que essas organizações foram definitivamente peças-chave para o êxito do golpe empresarial-militar, com apoio de civis manipulados pela opinião pública, que foi altamente influenciada pelas notícias concebidas pelo grupo de intelectuais e colaboradores do complexo IPES/IBAD e disseminada pelos grandes veículos de

comunicação midiática. Assim, em uma época na qual grande parte da população menos abastada era analfabeta e não possuía meios financeiros para aquisição de um aparelho de televisão, o rádio, um aparelho acessível e popular, foi utilizado como uma potente ferramenta de manipulação e doutrinação. Dessa forma, programas de notícias eram veiculados nas diversas redes de rádios de todo o país, em que o IPES operava o “apoio financeiro aos programas semanais anticomunistas, dirigidos a um público de classes trabalhadoras, como os da Rádio Tupi em São Paulo, mas também de patrocínio de uma variedade de programas e figuras públicas, conferências e discussões” (Dreifuss, 1981, p. 249).

A doutrinação promovida pelo complexo IPES/IBAD, apesar de receber o apoio de diversos atores, como acadêmicos, artistas, sindicalistas, religiosos, militares e políticos, seria incapaz de derrubar um regime democrático sozinho. Obteve, porém, um grande sucesso em manipular a opinião pública, que se colocou em uma posição favorável ao golpe, além de fomentar um intenso sentimento anticomunista e de ódio a subversão; emoções tão fortemente articuladas, que ainda permanecem até hoje. Sobre o conceito de opinião pública, Gramsci (2017) sustenta que:

(...) está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força (...) é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública — jornais, partidos, Parlamento — de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional (Gramsci, 2017, § 83).

Nessa perspectiva, observamos que o apoio civil e popular aos militares golpistas foi diretamente proporcional ao bombardeio realizado pelos veículos midiáticos, o que realmente teve profundo impacto e força na formação da opinião pública brasileira, consoante com os objetivos políticos e econômicos das elites empresariais e militares. Portanto, percebe-se que o complexo IPES/IBAD foi um grupo significativamente organizado que teve uma influência fundamental no sucesso do golpe empresarial-militar em 1964.

O golpe aconteceu somente em 1964, mas foi elucubrado por quase uma década. E, começou a ganhar mais força após a Revolução Cubana, em 1959. A partir disso, os EUA, por meio da CIA e de sua embaixada no Brasil, passaram a apoiar financeiramente o projeto golpista. Em 1961, com a ascensão de Jango, ao cargo de Presidente do Brasil, as articulações para o golpe passaram a se materializar. As propostas de reformas, especialmente a reforma agrária, a ampliação do direito ao voto e os diálogos com as classes sindicalistas e os movimentos sociais foram suficientes para qualificar o presidente

como comunista. Assim, as elites empresariais e militares passaram a manipular a opinião pública sobre o espectro do comunismo que rondava o país. Esta manipulação se deu especialmente desde a criação do IPES, em 1962, fortemente ampliada em 1963. Isso fez com que 1964 tenha começado acalorado. Neste ano, os EUA destacaram-se nas articulações conspiradoras e passaram a “apoiar, secretamente, na forma de ‘ações de cobertura’, envio de armas e apoio logístico, a ‘resistência democrática’, ou seja, os golpistas” (Napolitano, 2018, p. 61).

Neste cenário, uma rebelião militar foi deflagrada em 31 de março de 1964. Jango, inicialmente, tentou dialogar, porém, inutilmente, e a rebelião fortaleceu-se no dia seguinte, quando optou por dirigir-se ao Rio Grande do Sul. E, assim, o golpe encontrou o espaço necessário para se materializar:

Neste ínterim, a rebelião militar foi se adensando até se transformar em golpe de Estado. E o golpe veio não dos tanques e soldados rebelados, mas da instituição que deveria preservar a legalidade institucional. Na noite de 2 de abril, em franco desrespeito à Constituição que afirmavam defender, as forças conservadoras do Congresso Nacional declararam a “vacância” da presidência da República, sem discussão no plenário. Com o presidente ainda em território nacional (Napolitano, 2018, p. 64).

Logo em seguida, os conspiradores escolheram para assumir a vacância da cadeira de Presidente da República, o nome do coronel militar Castelo Branco, que foi subitamente eleito pelo Congresso Nacional Brasileiro e reconhecido pelos EUA. Desta forma, observa-se que, progressivamente, uma rebelião militar tornou-se em golpe de Estado que se transformou em uma ditadura empresarial-militar, que perdurou por mais de duas décadas (Napolitano, 2018).

Possivelmente, grande parte da elite empresarial que apoiou o golpe imaginou que a intervenção militar seria apenas temporária, ou mesmo efêmera e que, rapidamente, haveria novas eleições diretas para presidente, algo que só aconteceu novamente depois de mais de vinte e cinco anos, em 15 de novembro de 1989. Os militares, que nunca haviam aceitado perder o mais alto posto da política nacional, retornaram ao poder em 1964, para estabelecer a suposta ordem nacional, defender a pátria e a família do fantasma do comunismo e da subversão. Para isto, logo passaram a publicar atos institucionais que, paulatinamente, aumentaram seu poder e da própria figura do presidente, além de desconsiderarem os direitos humanos, imporem a censura e, conseqüentemente, aniquilarem a constituição de 1946 e o Estado Democrático de Direito.

Os atos institucionais foram progressivamente mais rígidos, até alcançarem o ponto mais autoritário com a publicação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de

1968, do qual se destaca a suspensão dos direitos políticos, a eliminação da garantia de *habeas corpus* dos cidadãos e a intervenção em Estados e Municípios (Brasil, 1968).

A publicação do AI-5 foi um divisor de águas entre os primeiros anos do novo regime, até então marcado por um suposto equilíbrio e reorganização dos governos de norte a sul do país, a fim de combater o comunismo e a subversão, além de finalizar com as ideias de reformas sociais e de intervir nos movimentos sociais e sindicais. Assim, contando com o apoio dos militares, empresários, políticos conservadores, classe média e a grande imprensa, “os quatro primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista” (Napolitano, 2018, p. 71).

Porém, sucedeu-se uma considerável alteração de panorama após a publicação do AI-5 quando se instituiu, de fato, os violentos “anos de chumbo” da ditadura brasileira, marcados por forte repressão, censura, exílios, torturas, estupros e assassinatos. O AI-5 ainda foi resposta às crescentes manifestações contra a ditadura empresarial-militar, especialmente dos movimentos estudantil e operário, bem como de intelectuais e até mesmo de alguns políticos e civis que, anteriormente, apoiaram a coalizão golpista (Napolitano, 2018).

Nesta linha de endurecimento da repressão e de cerceamento da liberdade de expressão, houve o controle dos três poderes e a refutação da Constituição de 1946. Isso porque os militares suspeitavam cada vez mais da sociedade civil, vista como o grande inimigo interno que deveria ser combatido: “o regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância – censura – repressão” (Napolitano, 2018, p. 128). Deste modo, os militares passaram a combater fortemente a sociedade civil, pois se considerava que qualquer indivíduo poderia ser um inimigo interno, um “subversivo”, ou seja, “todos eram suspeitos até que se provasse o contrário” (Napolitano, 2018, p. 128). Diante disto:

Dentro de uma visão de sociedade que deveria ser harmonizada a fórceps, qualquer questionamento ou conflito era visto como uma ameaça externa à coesão social. O desdobramento quase necessário para a realização deste projeto era a repressão, cujo grau de violência e arbitrariedade variava conforme o tipo de oponente e das circunstâncias. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se adequou como uma luva a esta tradição militar (Napolitano, 2018, p. 83).

Desta forma, a implementação da DSN no Brasil, “aliada ao histórico autoritário e intervencionista do Estado, culminou no estabelecimento de um Estado de Segurança Nacional, na institucionalização de princípios e práticas repressivas e na violação de direitos fundamentais de cidadãos brasileiros” (Stephan, 2016, p. 538).

Em virtude dos fatos mencionados anteriormente, observamos que os Estados Unidos apoiaram, direta ou indiretamente, golpes de Estado, oficiais ou não-oficiais, em toda a América Latina, durante a Guerra Fria. Além disso, fica claro que a DSN “fue, ante todo, un planteamiento ideológico y político que responde a una racionalidad mecánica y ante todo militar, que fue ejecutada por medio de golpes de Estado. Sus consecuencias han sido profundas y duraderas” (Buitrago, 2003, p. 85). Por fim, salientamos que os golpes de Estado, produzidos como resultado da doutrina, resultaram em períodos de ditaduras militares truculentas, desumanas e aterrorizantes, que ainda reverberam nas sociedades contemporâneas dos países da nossa região.

1.3 DA REDEMOCRATIZAÇÃO À DEMOCRACIA EM VERTIGEM

Após décadas de chumbo, a redemocratização dos países do Cone Sul iniciou-se no início dos anos 1980, no mesmo momento em que o mundo também estava “desmoronando”: “O mundo que se esfacelou no fim da década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917” (Hobsbawm, 1995, p. 16).

A Guerra Fria terminou, oficialmente, na conferência da Cúpula de Washington, em 1987, mas somente se concretizou com o colapso da URSS em 1991. Este desfecho “retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los” (Hobsbawm, 1995, p. 422). O mundo todo foi impactado pelos efeitos da Guerra Fria e na América Latina as consequências foram devastadoras, profundas e irreversíveis.

Em julho de 2023, a congressista estadunidense Alexandria Ocasio-Cortez realizou um pedido ao Departamento de Estado dos EUA para a liberação dos documentos sigilosos do período da ditadura empresarial-militar no Brasil e, também, dos documentos relacionados à Operação Condor¹⁰, que orquestrou as ditaduras no Cone Sul. A possível publicação destes documentos será muito importante para a criação e fortalecimento de políticas de reparação histórica na América Latina.

Na assembleia-geral da ONU, realizada na cidade de Nova Iorque, em 2021, António Guterres, Secretário-Geral da ONU, em seu discurso, fez o seguinte alerta: “Os golpes

¹⁰ Projeto de integração secreto entre os países do Cone Sul, germinado na “Escola das Américas”, que tinha como objetivo troca de informações, técnicas de tortura, repressão e terrorismo de Estado, em nome do combate a subversão e ao comunismo, com a participação e patrocínio do governo estadunidense, durante a época da Guerra Fria (De Souza, 2011).

militares estão de volta e a falta de unidade dentro da comunidade internacional não ajuda” (Guterres, 2021). Percebe-se que as tensões de polarização se intensificam no mundo contemporâneo, onde sofremos os impactos de guerras coloridas e guerras híbridas¹¹.

Na mesma tribuna da ONU, Bolsonaro afirmou, em 21 de setembro de 2021: “O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo” (Bolsonaro, 2021). Portanto, o ex-presidente brasileiro afirmou que “salvou” o país do socialismo e preservou a família tradicional brasileira, replicando, depois de quase sessenta anos, o mesmo discurso utilizado pelos militares que aplicaram o golpe em 1964.

Bolsonaro formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1977, em plena Guerra Fria. Diante deste discurso na ONU, assim como diversos outros em que o ex-presidente alega defender o país contra a ameaça do socialismo e do comunismo, fica claro o legado do discurso imperialista e anticomunista promovido pela DSNC nas escolas militares da América Latina.

Diante disso, é importante compreender quais foram as conjunturas políticas, econômicas e sociais que permitiram o renascimento e o avanço deste tipo de discurso, após anos de falas “moderadas” e “discretas”, pelo menos, desde 1985. Além disso, é preciso entender como os militares disputaram as batalhas pelas memórias e obtiveram êxito em aplicar políticas de esquecimento e, em consequência, como o nosso projeto de redemocratização resultou, em menos de quarenta anos, em uma democracia aos pedaços e em vertigem.

¹¹ O que vem sendo classificado como “guerra híbrida” se utiliza da junção de métodos não convencionais de guerra e de estudos psicológicos e ferramentas de propaganda (“revoluções coloridas”), para a obtenção dos objetivos finais sem que seja necessário de fato o uso da convencional guerra armada. Em seu livro ‘Guerras Híbridas: das revoluções coloridas ao golpe’, Korybko (2018) define as revoluções coloridas como uma forma de “desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas”, como aconteceu na Primavera Árabe e como pode ser percebido no Brasil no processo que desencadeou o golpe de 2016 (Lima, 2022, p.20).

2. MEMÓRIA, HISTÓRIA E POLÍTICAS DE MEMÓRIA

2.1 SOBRE O CONCEITO DE MEMÓRIA

A memória é um conceito notável, pois, ao mesmo tempo em que é constitutiva dos atores sociais, também é construída pelos mesmos atores. É presente, mas também é passado. É passado e presente, presente que também é uma nova ponte constitutiva para o futuro. É intrínseca, mas também extrínseca. É individual, mas também é coletiva. É constitutiva da identidade pessoal, mas também é construída coletivamente com outros atores, que compartilham o mesmo tempo e espaço. É uma elaboração pessoal, mas também é política. A memória permite fabulações, mas também é verdadeira. É tudo, mas é fragmento; fragmento que pode se tornar o todo. É memória, mas também é história, poder e disputa (Pollak, 1989).

Assim como a história, a memória também é construída a partir da narrativa dos vencedores, elaborada por reminiscências de um passado, enviesado e politicamente escolhido, ou seja, a história e a memória são descritas, muitas vezes, a partir das ideologias da classe dominante. “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência” (Benjamin, 1996, p. 224). Deste modo, é importante questionar as verdades impostas como histórias únicas, desconstruir o presente e ressignificar o passado silenciado em busca de uma reconstrução do *continuum* da história e da memória.

História e memória, em um primeiro momento, estão em pólos diferentes, pois a história é, teoricamente, uma ciência baseada no trabalho analítico de um historiador neutro, que apresenta fatos legítimos e irrefutáveis. Porém, o historiador também é um ator social de seu tempo e espaço históricos que descreve um fato a partir de sua própria percepção e valores do mundo em que vive e que, ainda, pode conter uma dose adicional de interesses internos, externos e/ou motivações políticas. Nesta perspectiva, história e memória aproximam-se e podem se confundir em suas difusas fronteiras. Portanto, é importante questionar: “¿Quién escribe sobre qué y de acuerdo a qué intereses o motivaciones? ¿Qué grupos sociales, instituciones o medios participan en la construcción de representaciones históricas?” (Baer, 2010, p.136).

A narrativa produzida pelos vencedores é contada pelos participantes de um determinado grupo social a partir de um recorte estrategicamente escolhido dos acontecimentos, com o objetivo de construir uma memória coletiva nacional de pertencimento, mas que dissemina uma versão hegemônica e, muitas vezes, opressora e

direcionada, que protege os interesses dos grupos sociais que detém o poder político e econômico.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, (...), uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 9).

Diante disso, a história dos vencidos é silenciada, assim como as suas memórias, que são desprestigiadas e despedaçadas, que contam com pouquíssimo suporte material e, portanto, muitas vezes se propagam por meio de narrativas orais, em circuitos de memória não hegemônicos. Tais circuitos circulam no subterrâneo das estruturas de poder, o que, conseqüentemente, produz apagamento e esquecimento, intencionalmente ou não. “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’” (Pollak, 1989, p. 4).

Nesse sentido, Pollak (1989) aponta que há três classes de memórias subterrâneas: proibidas, indizíveis e vergonhosas. As memórias proibidas são institucionalmente reprimidas, na base do medo, ameaça e silêncio impostos pelas estruturas hegemônicas de poder. Já as memórias indizíveis não são oficialmente proibidas, mas não são enunciadas em espaços públicos, pois são construídas sob camadas de dor, horror e trauma, onde o sujeito silencia a memória porque não quer se lembrar do evento traumático que a constituiu.

Por sua vez, as memórias vergonhosas tendem a permanecer no subterrâneo, pois os sujeitos escondem-se por trás de uma memória coletiva muito mais elogiosa, do que aquela do fato realmente ocorrido. “Essas lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (Pollak, 1989, p. 8). Essas memórias podem permanecer por muitos anos no subterrâneo, tanto do próprio indivíduo como de um grupo social específico. Também, é importante mencionar que as fronteiras entre essas classificações são fluídas e algumas memórias podem ser categorizadas nos espaços de intersecção, com suas devidas proporções em cada contexto.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim, também há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. (...) o problema de toda memória oficial é o de

sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização (Pollak, 1989, p. 8-9).

Portanto, para Pollak (1989), a memória é o resultado da construção coletiva do grupo social em que os atores também podem, constantemente, transformar, reinterpretar e recategorizar suas próprias memórias, conforme as experiências do presente e a gradação de traumas do passado. Este é o caso das experiências de vítimas sobreviventes dos campos de concentração nazistas ou presos/as políticos/as torturados/as nos porões das ditaduras sul-americanas. “Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e tensões” (Pollak, 1989, p. 14).

Contudo, não podemos discorrer sobre o conceito de memória coletiva, sem mencionarmos a teoria construída por Halbwachs, grande referência sobre o assunto, que formulou o conceito de memória coletiva, estruturada em dois principais eixos: coletividade (grupo) e o presente (tempo). Halbwachs (1990) sustenta que a memória é construída colaborativamente em grupo e, também, no presente a partir do passado, que pode ser influenciado por valores atuais e distintos do momento em que o fato ocorreu no passado, onde uma atualização do passado é possível, considerando os acontecimentos e valores contemporâneos. A memória não é intrínseca ao indivíduo, mas é construída nos espaços de intersecção entre os sujeitos que compartilham o mesmo grupo social, em um mesmo espaço e período histórico. “Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa do seu equilíbrio” (Halbwachs, 1990, p.133).

De igual modo, Baer (2010) corrobora com a concepção de Halbwachs de que toda memória é social e coletiva, porém afirma que a memória é um conceito muito mais amplo e complexo que envolve diversas camadas: “identidades personales y colectivas, herencias y saberes culturales, vacíos u olvidos de la historia, derechos, traumas colectivos, la violencia social y su representación” (Baer, 2010, p.131). Assim, para uma definição mais ampla e completa do conceito de memória, é necessário adicionar algumas outras dimensões, em que destacamos o lugar de memória (suporte e espaço) e o poder (disputas sobre as memórias).

Segundo Nora (1993), a memória social necessita de lugares de memória, ou seja, espaços físicos, sociais e/ou simbólicos de suporte, tais como monumentos e museus, que representam o passado cristalizado de uma nação. Em consonância com Nora (1993), Baer (2010) afirma que os lugares de memória produzem o sentimento de pertencimento de um grupo social, “no sólo en sentido literal como espacio u objeto físico, sino como aquello que

tiene una fuerza simbólica y cumple con una función de refuerzo identitario para un grupo” (Baer, 2010, p. 137).

Em contrapartida, para Candau (2011, p. 49), “a memória é social, mas não necessariamente coletiva”. Assim, Candau desenvolve uma teoria um pouco diferente sobre memória, categorizada em três tipos: protomemória, memória e metamemória. A protomemória é uma memória “automática” do corpo humano, como, por exemplo, uma vez que aprendemos a andar de bicicleta, memorizamos essa ação e não esquecemos mais. Há “a memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento” (Candau, 2011, p. 23), como capacidade de armazenamento de informação em nosso cérebro e pode ser categorizada em fraca e forte. Ainda há a metamemória, elaborada pelo sujeito no processo de transmissão ao outro, coletivamente.

Nesta perspectiva, Nora (1993) sustenta que a sociedade contemporânea vive o final da sociedade de memória. Ele se refere a uma memória em que o presente era repleto de passado, referente a uma vida baseada nas estações do ano e reprodução de tradições culturais, que se configuravam em rotinas repetidas, no passado e no presente, por diversas gerações. No entanto, com o advento da industrialização e, conseqüentemente, da vida mais mecanizada e fugaz, a linha do tempo deixou de ser padronizada, pois não reproduzimos a rotina dos nossos ancestrais. “Ainda mais: é o modo mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (Nora, 1993, p.8). Portanto, a memória do passado não estaria tão viva na rotina contemporânea como antigamente, o que desconectaria os atores sociais de sua própria ancestralidade e produziria uma perda do sentimento de identidade e pertencimento.

Neste contexto, os lugares de memórias, em três dimensões: material, funcional ou simbólico, como monumentos, datas comemorativas e nomes de ruas, atuam como uma ilusória conexão ao passado perdido na modernidade.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (Nora, 1993, p. 13).

Assim, a história também é um artifício moderno de ligação ao passado. Sem embargo, é importante destacar que nem a história, nem a memória são neutras ou isentas

e, constantemente, se confundem ao longo do tempo, apesar da memória ser diretamente impactada pela emoção e sentimento individual, ao contrário da neutralidade e “frieza” que pretende ter o registro histórico, conforme aposta Jayo (2022):

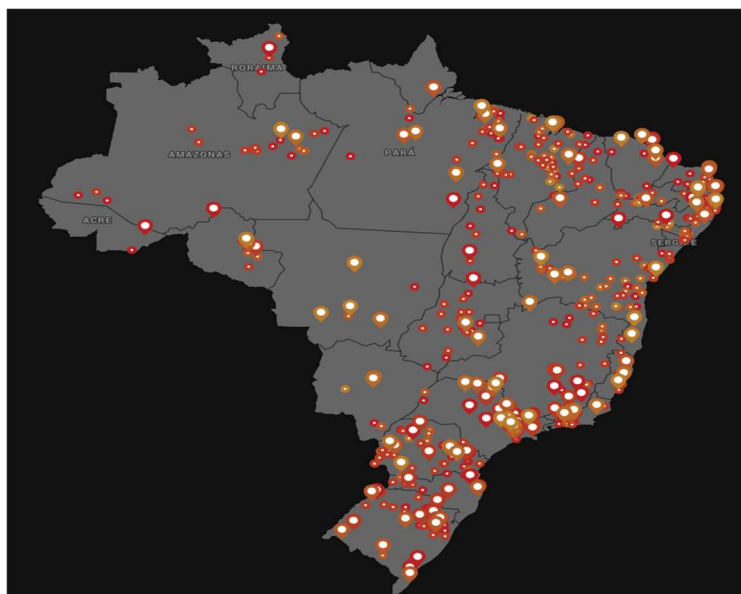
Relegado ao registro frio e desritualizado da História, o passado passou a demandar operações não naturais para continuar funcionando como elemento constituinte de identidade. Daí surge a noção de lugares de memória, entendidos como aqueles lugares em que a memória, antes carregada viva, agora se refugia artificialmente a fim de ser buscada ou cultivada (Jayo, 2022, p. 8).

Porém, os registros históricos hegemônicos, assim como seus lugares de memória, são esculpidos, adaptados e norteados por deliberações dos grupos de poder, a partir de políticas de memória e de esquecimento. Políticas de memórias nacionais edificam o sentimento de unidade em um país por meio de dispositivos como datas comemorativas, homenagens, feriados que valorizam um passado hegemônico e silenciam outros processos e atores históricos (Michel, 2010).

Desse modo, observa-se a toponímia como dispositivo de memória nas cidades modernas. Toponímia, palavra derivada do grego “τόπος”, que significa “lugar”, e “ὄνομα”, que significa “nome”, constituindo o significado de “nome de lugar”. Assim, percebe-se como há diversos nomes de escolas, ruas, avenidas, pontes, viadutos e estradas que remetem a diversas figuras do passado colonial, bem como aos presidentes da ditadura empresarial-militar no Brasil, como é possível observar no *Ditamapa*¹², conforme figura 1 abaixo.

¹² Projeto da professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), Giselle Beiguelman, e Andrey Koens, mestrando em Artes Visuais na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Figura 1- Ditamapa



Fonte: Beiguelman; Koens, 2021.

No Ditamapa, figura 1, observa-se uma considerável quantidade de monumentos, ruas, estradas, pontes e escolas que ainda carregam os nomes dos militares no Brasil. Assim como observamos na cidade de Foz do Iguaçu–PR, localizada na tríplice fronteira, nascida a partir de uma Colônia Militar e sede da Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores obras de engenharia mundial e um colossal projeto de infraestrutura nacional, construído durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira (Souza, 2009).

A obra de Itaipu foi o maior projeto de infraestrutura da ditadura brasileira. (...) A obra é bem representativa de características do próprio regime no qual ela foi instituída, tendo em vista que favoreceu grandes empreiteiras de obras públicas brasileiras, grandes grupos internacionais do setor elétrico, as instituições financiadoras do empreendimento e favoreceu também os consumidores industriais eletro-intensivos. Por outro lado, o projeto é caracterizado pela elevada exploração da força de trabalho, vigilância e repressão sobre os operários e falta de segurança no canteiro, levando a uma alta cifra de acidentes de trabalho, inclusive letais. Além dos trabalhadores, a obra violou os direitos de camponeses, posseiros, proprietários e moradores da área inundada pelo lago artificial, incluindo povos indígenas ali residentes. Sendo assim, o projeto parece figurar como uma síntese da própria ditadura brasileira, ao atender grandes interesses econômicos brasileiros e estrangeiros com pesado ônus para as classes subalternas, sob a forma da elevada exploração da força de trabalho e expulsão de populações tradicionais e rurais residentes no Oeste do Paraná (Campos; Brandão, 2023, p. 30-31)

Logo, é possível verificar, pela nomeação dos logradouros, como ainda há notoriedade e fomento à memória relacionada ao período militar, apesar da recomendação para alteração dessas denominações no relatório da Comissão Nacional da Verdade

(CNV)¹³, no subitem sobre a preservação da memória das graves violações de direitos humanos, recomenda-se:

Promover a alteração da denominação de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações (Brasil, 2014, p.974).

Desta forma, a sociedade é permeada por uma memória e história escolhidas por um determinado grupo social que detém o poder. “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (Benjamin, 1996, p. 225).

Do mesmo modo, também é possível observar como a cidade de São Paulo é, por exemplo, rodeada por bandeirantes que nomeiam ruas, avenidas, estradas, palácios, monumentos, canais de rádio e televisão, além de serem tema de músicas, livros e cinema. Os bandeirantes foram mitologicamente criados, a partir de políticas de poder, para valorizar um passado sublime e bem-sucedido paulistano, que não aconteceu exatamente como a história descrita nos livros didáticos, que permeiam o inconsciente coletivo até hoje (Brefe, 2003; Moura, 1994).

Vetor e produto da ascensão dos paulistas republicanos, a construção mítica do bandeirante emergiu desde fins do século XIX, numa representação heroica que se prestava a legitimar historicamente a pujança das elites paulistas ligadas aos negócios da cafeicultura e ao governo da própria República, e que estivera unida de alguma forma aos momentos-chave da nação como o início da colonização ou a própria aclamação ao grito do Ipiranga. Ligavam-se assim as elites triunfantes da República ao patriciado da São Paulo colonial e, mediante esses laços de sangue, uniam-se as gentes à própria História (Marins, 2003, p.11-12).

A história que coletivamente é conhecida descreve as “ações gloriosas” da aventura dos bandeirantes paulistas que “bravamente desbravaram o interior do Brasil” e, assim, promoveram o desenvolvimento e fortalecimento. Contudo, essa epopeia foi construída por meio de pesquisa acadêmica, patrocinada pelo governo do Estado de São Paulo, dentro do recém-inaugurado Museu Paulista, por Affonso d’Escragnolle Taunay, que esteve à frente da direção do Museu Paulista por quase três décadas (1917-1945). Logo nos cinco

¹³ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída no Brasil pela Lei n.º 12.528/11, de 18/11/2011, decretada e sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff. A CNV foi criada “com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Brasil, 2011).

primeiros anos de sua gestão, Taunay alterou o perfil do Museu Paulista de Ciências Naturais para um “museu histórico, ou mais precisamente, de um ‘lugar de memória’ nacional, pretendendo fixá-lo como lugar de origem da nação brasileira e, ao mesmo tempo, concedeu à São Paulo o ansiado destaque no cenário nacional” (Brefe, 2003, p. 79). A pesquisa histórica de Taunay foi realizada em documentos públicos, no Brasil, Portugal e Espanha, o que aliado à sua célebre rede de sociabilidade entre os intelectuais da época, garantiu a “credibilidade” ao mito bandeirante.

Taunay, é pertinente dizê-lo, agiu como demiurgo, arregimentando todos os elementos do passado paulista anteriormente dispersos no território das tradições e da memória coletiva, concedendo-lhes um espaço próprio e um significado único: São Paulo, sintetizado no Monumento do Ipiranga, é o solo da pátria brasileira e o paulista é o responsável pelo transbordamento do território nacional por todos os pontos do mapa e, ao mesmo tempo, o elemento unificador destes pontos dispersos (Brefe, 2003, p. 95-6).

A memória dos bandeirantes foi assim construída e fortalecida nas décadas seguintes, especialmente nas ações de comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo em 1954, quando foi inaugurado o Parque do Ibirapuera e o grande “Monumento às Bandeiras”, marca registrada da cidade de São Paulo até os dias atuais. Porém, a história dos vencidos está na memória oral e no subterrâneo e não nos documentos e monumentos públicos.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esses problemas nas relações entre os grupos minoritários e sociedade englobante (Pollak, 1989, p. 6).

De acordo com Johann Michael (2010), há cinco categorias de políticas de esquecimento, divididas em dois blocos. No bloco do indivíduo, há o esquecimento-omissão, que é natural e involuntário ao ser humano, e o esquecimento-negação, que é uma supressão inconsciente de memórias traumáticas, que “em razão de seu peso traumático e sua carga emocional, tendem a ser rejeitados da esfera consciente das lembranças de uma dada sociedade em um determinado momento da história” (Michel, 2010, p. 17).

Um exemplo desta forma de esquecimento foi o episódio dos/as presos/as políticos/as durante a ditadura empresarial-militar no Brasil. Muitas vítimas tentaram suprimir as lembranças do que aconteceu nos porões dos centros de tortura, como nas operações efetuadas pelo DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação -

Centro de Operações de Defesa Interna¹⁴ – que atuou como órgão de inteligência e repressão durante a ditadura empresarial-militar brasileira.

No DOI-CODI atuaram militares e também civis, que seguiram um padrão de interrogatórios violentos, nos quais dezenas de presos morreram em decorrência das torturas físicas e psicológicas. Através da montagem de cenários de “suicídio” (como no caso do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975), da elaboração de falsos laudos periciais e de certidões de óbito, os agentes buscavam ocultar a verdadeira causa mortis dos corpos dilacerados (Núcleo Memória, 2019).

Já no segundo bloco, as categorias são políticas públicas coletivas de esquecimento, em que o há esquecimento-manipulação, quando o Estado utiliza instrumentos, a partir de vazios narrativos, que promovem o esquecimento, como o mito da miscigenação que esconde a violência colonial. O esquecimento-direcionamento, baseado no instrumento autoritário do governo, como a lei de anistia brasileira, que promoveu o esquecimento dos atos perpetrados pelos militares, assassinos e torturadores, o que viabilizou o mito da ditadura “branda”, além de “contribuir para ocultar as fragmentações da memória coletiva quando associadas às práticas de anistia que remete, via de regra, à amnésia coletiva” (Michel, 2010, p. 23).

Essas duas formas de esquecimento (manipulação e direcionamento) “não são jamais irreversíveis” (Michel, 2010, p. 19), pois a ação de atores públicos ou movimentos sociais podem reverter o quadro e apresentar as memórias ocultas no subterrâneo da história. Diferente da última forma de esquecimento, o esquecimento-destruição. Esta é a única categoria materialmente irreversível deste bloco, em que acontece a destruição de fato de registros documentais, que:

(...) é utilizada no sentido de construir uma memória oficial hegemônica em detrimento de memórias coletivas concorrentes que são objeto de uma ação sistemática de aniquilação. Através dessas ações objetiva-se fragmentar ou até mesmo eliminar a memória coletiva (Michel, 2010, p. 23).

Um exemplo desta forma de esquecimento foi a queima de arquivos da escravidão promovidas pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa, em 1890, pouco tempo após a promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888. A

¹⁴ Em 2014, o antigo prédio do DOI-CODI/SP foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT. Desde 2017, são realizadas visitas mediadas pelo Núcleo Memória, com a presença de ex-presos políticos, no espaço, localizado à Rua Tutóia, 921, no perímetro central, em um bairro nobre da cidade de São Paulo. Atualmente, aguarda-se a cessão definitiva dos edifícios para a constituição de um novo espaço de memória. No mesmo terreno, ainda funciona a 36ª Delegacia de Polícia da Vila Mariana. “De acordo com a Comissão Nacional da Verdade – CNV, o atual uso do imóvel é incompatível com a memória política” (Núcleo Memória, 2019).

decisão foi assinada, em 14 de dezembro de 1890, pelo então Ministro da Fazenda: “Mandar queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão, existentes na repartição do Ministério da Fazenda” (Barbosa apud Lacombe; Silva; Barbosa, 1988, p.114).

Esse evento, que contou com a presença de inúmeras figuras públicas, além de ferir o direito de acesso à informação dos indivíduos, contribuiu para os discursos negacionistas de que no Brasil não houve escravidão, mas um aceite dos sujeitos escravizados em viverem naquelas condições. Então, além da promoção do desconhecimento de parte de acontecimentos, o apagamento da memória social pode contribuir sobremaneira com o processo de desinformação em torno de fatos históricos (Lima; Santos; Terra; Souza, 2023, p. 155-156).

Outro exemplo é a destruição de coletividades portadoras de memórias orais, como o genocídio de diversas etnias indígenas por toda a América Latina, desde a invasão europeia, e que ainda continua acontecendo até os dias atuais. Este foi o caso do recente genocídio da comunidade Yanomami¹⁵ no Brasil durante a gestão do governo Bolsonaro. O ex-presidente não atuou e se omitiu em relação ao avanço dos garimpeiros ilegais no território Yanomami. Este processo, carregado de violência, destruição e barbárie, gerou uma forte crise humanitária, que foi somente tratada no novo governo Lula, no início de 2023. E, essa tragédia “não resulta de fato esporádico e repentino, mas de paulatina sistematização de ações/omissões destrutivas e violadoras dos direitos humanos fundamentais de que é titular aquela nação indígena” (Steiner; Pereira, 2023).

O conceito de memória vinculado a profundos traumas gerados por acontecimentos políticos violentos, como as ditaduras latino-americanas, foi tecido a partir da experiência europeia dos campos de concentrações nazistas, porém é preciso pensar a partir da particularidade da experiência na América Latina, perspectiva adota por Elizabeth Jelin, sociólogo argentina. Jelin (2017) afirma que não podemos simplesmente aplicar diretamente os estudos sobre memória do contexto europeu ao contexto latino-americano, pois o momento histórico era bastante distinto: os países do Cone Sul, Chile, Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai, passavam por ditaduras militares, que construam o discurso de militares que atuavam como os “salvadores” da pátria, frente a subversão e o avanço do comunismo, durante a Guerra Fria. E, anos mais tarde, no momento pós-ditatorial, durante a transição política, todos esses países enfrentaram dificuldades, e instituíram políticas de anistia, exceto a Argentina. Entretanto, em todos os países “las luchas políticas por arreglar

¹⁵ “Desnutrição, malária, pneumonia e verminoses, além da violência constante de garimpeiros ilegais, ocasionaram uma situação de crise sanitária e humanitária na maior terra indígena do Brasil, onde vivem cerca de 28 mil Yanomami. A desnutrição atinge mais de 50% das crianças, e há um alto número de casos de malária, relacionados à expansão do garimpo” (Coll; Menezes, 2023).

las cuentas con el pasado tuvieron, en el período posdictatorial, varias caras: la búsqueda de verdad, la búsqueda de justicia, la intención de encontrarle algún sentido a ese pasado doloroso (Jelin, 2017).

Mensagens como “nunca mais” ou “recordar para não repetir” vinculavam-se às experiências desse passado repressivo e ainda são usados pelos movimentos sociais e de direitos humanos como protestos referentes à manutenção das memórias desse período histórico. No entanto, quanto mais o tempo passa, mais as memórias e interpretações desse passado mudam, pois, em novos tempos, atores interpretam o passado de forma diferente, de acordo com suas experiências do presente. Jelin (2017) entende que as memórias não são lineares e estão em constante atualização, a partir das memórias do passado, das experiências atuais e expectativas do futuro, realizadas pelos atores sociais em seu espaço temporal e histórico. Portanto, as memórias sempre devem ser pensadas como plurais, pois são dinâmicas, dependem de diferentes cenários, lutas e atores, e acontecem em temporalidades diversas. Assim, “lo que es silenciado en determinada época puede emerger con voz fuerte después; lo que es importante para cierto período puede perder relevancia en el futuro, mientras otros temas o cuestiones ocupan todo el interés” (Jelin, 2017).

Por fim, observa-se que os indivíduos estão abraçados pelas próprias memórias internas e vivem em uma sociedade contemporânea ancorada em monumentos e marcas de um passado cristalizado, também determinado por políticas públicas de esquecimento e pelos interesses das elites, que operacionalizam a história hegemônica. Porém, atualmente, com a força de movimentos populares e sociais, a história e a memória estão em desconstrução e reconstrução e possuem grande potencial de reconfigurar o passado silenciado.

2.2 BATALHAS PELAS MEMÓRIAS

As batalhas pelas memórias podem ser observadas nos protestos populares no movimento contemporâneo de queima ou derrubada de estátuas dos conquistadores europeus e de outros mitos coloniais em várias cidades da América Latina, como o incêndio a estátua do bandeirante Borba Gato (Figura 2), em São Paulo, no ano de 2021, ou a derrubada da estátua de Sebastián de Belalcázar, conquistador espanhol do século XVI, em protestos em Cali, na Colômbia, no ano de 2021.

Figura 2- Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo.



Fonte: Schlickmann, Estadão, 2021.

Figura 3- Indígenas derrubam estátua do colonizador espanhol Sebastián de Belalcázar



Fonte: Época, 2021.

O movimento da derrubada das estátuas representa uma reivindicação e batalha popular pela memória histórica e contra o genocídio colonial em solo latino-americano. De fato, simplesmente derrubar, incendiar ou vandalizar um monumento não muda o passado, porém reposiciona o foco sobre um potente símbolo de representação repressiva que está muito presente no espaço público das grandes cidades, mas que os cidadãos não param para observar criticamente em seu cotidiano. Nada pode ser mais invisível do que uma estátua, inclusive a história relacionada a esse monumento.

Entretanto, de acordo com Traverso (2021), a iconoclastia é um movimento ancestral, porém há uma onda de iconoclastia contemporânea antirracista em que os alvos são as estátuas e monumentos que representam figuras históricas passadas, baseadas em colonialismo, genocídio e racismo; “a iconoclastia antirracista visa libertar o passado de seu controle, repensando-o do ponto de vista dos governados e vencidos, não pelos olhos dos vencedores” (Traverso, 2021).

Houve manifestações iconoclastas em diversos países, especialmente após o assassinato de um afro-americano, George Floyd, em Minneapolis, nos EUA, em 2020, que resultou em uma grande onda de levantes antirracistas em outras cidades nos EUA e se espalhou para outras localidades no mundo. Em Lisboa, Portugal, ocorreu a pichação da estátua do jesuíta Padre Antonio Vieira (figura 4), com a palavra “Descoloniza”, que trouxe para o centro do debate a colonização e escravagismo na sociedade portuguesa; nessa disputa de narrativas, Vieira foi um grande homem que evangelizou e defendeu os indígenas brasileiros, por outro lado, um escravagista e catequizador no Brasil colonial.

Figura 4 - "Descoloniza". Estátua de Padre António Vieira, em Lisboa, foi vandalizada.



Fonte: Observador, 2021.

Observamos que a onda contemporânea de derrubada de estátuas busca ressignificar um passado silenciado; “quer sejam derrubadas, destruídas, pintadas ou grafitadas, essas estátuas simbolizam uma nova dimensão de luta: a conexão entre direitos e memórias” (Traverso, 2021). Esses monumentos, muitas vezes imponentes e em locais de destaque nas cidades, representam uma conexão entre o presente e o passado, em que um passado sombrio é colocado em questão, pois carrega histórias de repressão, preconceito e morte. Essas mobilizações questionam a história dos vencedores pelos vencidos, que promovem uma disputa sobre a história e memória desses acontecimentos, pessoas e lugares.

Outro acontecimento semelhante ocorreu em 2023, na cidade de São Paulo, quando, arbitrariamente, decidiu-se alterar o nome da futura estação de metrô Paulo Freire, patrono da Educação, para Fernão Dias, genocida bandeirante. No entanto, a alteração do nome foi proibida pela decisão¹⁶ da desembargadora Maria Fernanda de Toledo Rodovalho, do Tribunal de Justiça de São Paulo, no despacho após forte movimentação popular e petição realizada pela deputada Ediane Maria do Nascimento (PSOL - Partido Socialismo e Liberdade). Assim, a futura estação de metrô Paulo Freire prestigiará o educador, reforçando que um novo futuro é possível a partir da resistência popular e da reivindicação do passado.

Por fim, observamos que os nomes de lugares, como ruas, estradas, estações de metrô, e monumentos, como estátuas e esculturas, majoritariamente, celebram e homenageiam homens, brancos e da elite, representantes da história dos vencedores. É preciso aumentar a representatividade das mulheres, negros, indígenas, entre outros, ao alterar nomes de lugares, nomear novos lugares e arquitetar estátuas e monumentos que representam, preservam e celebram a história dos vencidos, com o objetivo de equilibrar as histórias e memórias.

As batalhas pelas memórias também podem ser observadas nos movimentos de luta pela anistia nos países sul-americanos. O Brasil foi o último país do cone sul a condenar criminalmente torturadores e assassinos do período da ditadura empresarial-militar,

¹⁶ “Não se trata aqui de sopesar a importância dos bandeirantes à luz o revisionismo histórico, mas de enfatizar que, além da localização da estação ser na Avenida Educador Paulo Freire, o nome do homenageado, Paulo Freire, serve de reforço à ideia do papel integrador da educação, o papel primordial e revolucionário na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (...) Como bem descrito pela agravante, a exaltação de figuras históricas deve ser analisada de modo crítico, para impedir que personagens como Fernão Dias, conhecido pelas suas atividades de captura de escravizados fugitivos, pelo combate aos quilombos, assim como a escravização de povos indígenas, seja homenageado com uma linha de metrô em seu nome” (Rodovalho, 2023, fls. 24).

amparado pela Lei de Anistia, promulgada em 1979, ainda durante a ditadura. Segundo Ansara (2012, p. 305):

Ao estudarmos a memória política da ditadura militar brasileira, inevitavelmente nos remetemos a uma realidade comum a vários países da América Latina que viveram simultaneamente sob ditaduras militares e nos demos conta de que os regimes pós-ditatoriais neste continente promoveram, por meio de seus aparelhos repressivos, políticas de esquecimento que foram estabelecidas, [...], através de “reconciliações nacionais e anistias oficiais” e “através do silêncio repressivo”, [...], ou ainda, através da fabricação de consensos, que produziu formas de memória consensual coletiva.

Neste contexto, percebe-se que a anistia também pode ser entendida como política de esquecimento e, por isso, configura-se como projeto dos governos sul-americanos com o propósito de reprimir e apagar as memórias coletivas, além de fortalecer os interesses da elite e a manutenção do poder. Portanto, as batalhas pela memória são fundamentais para a problematização das memórias, individuais e coletivas, das barbáries ocorridas naquele período e, também, para a educação das futuras gerações. De acordo com Gagnebin (2006, p. 97):

Na história, na educação, na filosofia, na psicologia, o cuidado com a memória fez dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens.

Em 2018, 50 anos após o decreto do AI-5 e 30 anos após a promulgação da nova constituição de 1988, a população brasileira elegeu Bolsonaro para presidente com 55,13% dos votos válidos, um candidato com discurso antidemocrático, que exaltou torturadores, enquanto muitos demandavam por intervenção militar nas ruas, desde as manifestações de 2013. Conseqüentemente, observa-se que houve falha na preservação das memórias da ditadura militar.

Embora admitamos que exista um processo de “esquecimento” forjado e legitimado por uma “memória oficial” – que, ao longo dessas décadas, vem ocultando da população brasileira o passado repressivo e um efeito desmobilizador das lutas – provocado pelo medo à repressão – é fundamental destacar a importância de uma consciência política proporcionada pelos movimentos sociais na construção da memória, que é uma verdadeira luta contra o esquecimento, que vem sendo construída pelas classes populares, sobretudo pelas lideranças políticas (Ansara, 2008, p. 301).

Somente em 2009, foi inaugurado o Memorial da Resistência de São Paulo¹⁷ com o objetivo de preservar a história e a memória da política do Brasil, especialmente os anos da ditadura empresarial-militar brasileira.

(...) o Memorial se empenha em salvaguardar, preservar e comunicar as memórias de indivíduos e grupos que resistiram ante a violência do Estado e a supressão dos direitos constitucionais. (...) Como primeira e única instituição museológica brasileira, em escala, que preserva as memórias das ditaduras no país, o Memorial ocupa um espaço simbólico e nevrálgico na contemporaneidade, na medida em que as heranças da violência de Estado praticadas nesse período estruturam e permeiam toda a sociedade brasileira (Memorial, 2018, p. 27).

O Brasil, diferentemente de outros países do Cone Sul, possui apenas um museu dedicado à memória, o Memorial da Resistência de São Paulo, enquanto outros países, como Argentina, Chile e Uruguai, possuem vários espaços oficiais. No entanto, esses lugares somente foram organizados, após muita pressão de organizações civis e movimentos sociais.

As iniciativas por valorização da memória na América Latina partiram das organizações da sociedade civil, e foram, muitas vezes, rechaçadas pelo Estado. Só recentemente, especialmente a partir da década de 2000, que lugares de memória passaram a ser preservados, seja por meio de ações judiciais ou por iniciativa de alguns estados, sempre impulsionados pela sociedade e nunca espontaneamente (Neves, 2014, p. 206-7).

Em Santiago, capital do Chile, o *Museu da Memória e dos Direitos Humanos*, inaugurado em 2010, tem o objetivo de preservar a memória dos anos em que os chilenos sofreram com a sanguinária ditadura de Augusto Pinochet¹⁸. Por outro lado, também há a *Fundação/Museu Presidente Augusto Pinochet*, inaugurada em 2008, pela viúva Lúcia Hiriart, após a morte de Pinochet (1915 - 2006), que objetiva honrar e preservar a memória do ex-ditador chileno, porém conta outra versão da história. “Ambos como lugares/espacios que buscan resguardar y perpetuar memorias sobre el pasado dictatorial, claro, con narrativas rotundamente diferentes” (Saldivia, 2021, p.128).

Contrariando os interesses políticos de “apagamento” da memória coletiva, esses lugares residuais compõem a narrativa a partir do ponto de vista do oprimido, utiliza-

¹⁷ O Memorial da Resistência é uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade), por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, uma das polícias políticas mais truculentas do país, principalmente durante o regime militar (Plano museológico, 2019).

¹⁸ A ditadura chilena durou 17 anos (1973 - 1990). Iniciou-se após um golpe de Estado contra o ex-presidente, eleito democraticamente, Salvador Allende. “El control social se logró mediante el terrorismo de Estado y una instauración de una “cultura del terror” encarnada en secuestros, asesinados, desapariciones, violaciones, tortura, entre otros. Eso estableció un trauma nacional sin proporciones” (Saldivia, 2021, p.126).

se a dimensão pública do monumento como motivação contra a aceleração da história e o esfacelamento da memória, são lugares que promovem discursos públicos e tratam da questão de sua encarnação (Correa, 2019, p. 11).

Em Buenos Aires, na Argentina, foi inaugurado, em 2007, o *Parque de la Memoria*, uma homenagem às vítimas do terrorismo de Estado da última ditadura argentina¹⁹. Também, em Buenos Aires, há o *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, criado em 2004, em um prédio histórico, localizado no perímetro urbano, onde funcionava a ESMA - Escuela de Mecánica de la Armada. Durante a última ditadura argentina, este lugar funcionou como um centro clandestino de detenção²⁰, tortura e extermínio. “Sin perder su funcionamiento como escuela, fue un eslabón clave del plan sistemático de secuestro, tortura, exterminio y robo de niños y bienes” (Espacio Memoria, 2023).

Contudo, apesar do empenho argentino em constituir lugares de memória e de haver julgado os militares logo após o final da ditadura, em 1985²¹, a extrema-direita está em ascensão neste país. Javier Milei, candidato da extrema-direita, apoiado por Bolsonaro, ganhou com 30% dos votos, as eleições primárias, que aconteceram em 13 de agosto de 2023, para presidente da Argentina (Stefanoni; Schuster, 2023). E, por fim, ganhou as eleições presidenciais de 2023 com quase 56% dos votos válidos.

La elección de Milei es una victoria para el movimiento global de la extrema derecha que ha ganado fuerza con la elección de Trump y figuras similares, entre ellos, Jair Bolsonaro en Brasil, pero que en años recientes se había tambaleado con votaciones con resultados desfavorables. (...) Milei también ha restado importancia a las atrocidades de la dictadura militar argentina de 1976 a 1983, calificándolas de “excesos” en el marco de una “guerra” contra los izquierdistas. Durante un debate nacional afirmó que el número de personas asesinadas durante la dictadura fue mucho menor que las estimaciones ampliamente aceptadas de hasta 30.000 personas (Nicas, 2023).

¹⁹ A última ditadura argentina durou 7 anos (1976 - 1983). Iniciou-se após um golpe de Estado contra a presidenta Isabel Perón, viúva de Juan Perón. “Durante esse período, a população argentina se via amedrontada por casos de pessoas detidas ilegalmente, sessões de torturas, sequestros, assassinatos, encobrimento de provas, ocultação de cadáveres e milhares de desaparecidos” (Ribeiro, 2021, p. 104).

²⁰ “Con el argumento de la existencia de un enemigo interno, las Fuerzas Armadas instalaron alrededor de 700 centros clandestinos de detención en todo el país [Argentina], emplazados en su mayoría en medio de las ciudades: cuarteles, comisarías, dependencias militares y policiales, escuelas, empresas, fincas particulares y otros sitios de paso. La totalidad del aparato estatal estuvo al servicio del terror planificado y sistemático, institucionalizando el secuestro, la tortura y la desaparición forzada de personas” (Espacio Memoria, 2023).

²¹ Recomenda-se assistir ao filme “Argentina, 1985” (2022), dirigido por Santiago Mitre, que retrata o julgamento dos militares argentinos que realizaram o terrorismo de Estado durante a ditadura.

Já, no Chile, após a eleição de um presidente de esquerda, Gabriel Boric, em 2022, o advento do *Estallido Social*²² e, conseqüentemente, do sonho frustrado da nova constituinte²³, a direita também avança nessas terras.

Empoderados pelo resultado do plebiscito de 2022, no qual foi derrotado um projeto que pretendia substituir a Constituição herdada de Pinochet e em cujo processo de elaboração a direita teve pouca participação, dirigentes de vários partidos justificaram o golpe nos últimos meses. Cinco décadas depois de Pinochet ter bombardeado o Palácio de la Moneda e iniciado uma das ditaduras mais sanguinárias que a América Latina viveu nas décadas de 1970 e 1980, a direita chilena está disputando seu legado. (...) Os chilenos que agora não se constroem em expressar opiniões positivas sobre o ditador, (...), referem-se a questões como o aumento da violência, a presença de imigrantes latino-americanos e os problemas econômicos. (...) O Chile discute, 50 anos depois, se o golpe foi ou não aceitável (Figueiredo, 2023).

Portanto, os lugares de preservação de memória e as disputas em torno dela são fundamentais para iluminar os debates sobre as memórias e histórias do passado, que pretendem construir um futuro mais humano e a não repetição de acontecimentos repressivos e autoritários como as sangrentas ditaduras latino-americanas. Entretanto, observa-se que ainda não estabelecemos condições sólidas e concretas para afastar, definitivamente, a repressão e o autoritarismo da sociedade, onde as memórias e as histórias continuam em disputa.

²² O *Estallido Social* foi uma série de manifestações ocorridas no Chile, a partir de outubro de 2019, que se iniciaram com o descontentamento do preço das passagens de metrô, mas acabou tomando proporções bem maiores, em que a população ocupou as ruas de Santiago em protestos que aclamavam por justiça em relação a diversas outras demandas sociais, como “La salud, educación, pensiones de retiro, desigualdad, delincuencia, administración de recursos naturales, la precarización de la vida, entre otros” (Saldivia, 2021, p.13).

²³ A constituição de Pinochet, de 1980, ainda continua vigente, após mais de 50 anos do golpe de Estado (11/09/1973). A proposta de uma nova constituinte, produto do *Estallido Social*, ainda não foi aprovada. No primeiro plebiscito, em setembro de 2022, a proposta da nova Constituição foi rejeitada por 62% da população, pois foi considerada uma proposta muito progressista. Já, no segundo plebiscito, em dezembro de 2023, a nova proposta também foi rejeitada por 55,75% da população. Desta vez, a proposta foi considerada muito conservadora. Gabriel Boric não pretende realizar um terceiro plebiscito até o final do seu atual mandato. (Lucena; AFP, 2023).

3. BRASIL EM VERTIGEM

3.1 DEMOCRACIA EM VERTIGEM

Democracia em vertigem (Brasil, 2019) é um documentário da diretora, roteirista e produtora Petra Costa, que contém 121 minutos de duração e foi lançado em janeiro de 2019, no Festival Sundance de Cinema, na cidade de Utah, EUA, e, em junho de 2019, pela plataforma mundial de *streaming* Netflix, que adquiriu os direitos de distribuição do filme logo após o grande sucesso no festival.

No ano de estreia, foi um dos documentários mais assistidos na plataforma *Netflix* e sucesso de crítica. Em 2020, foi indicado ao Oscar de melhor documentário, mas perdeu para *Indústria Americana*, produzido pelo casal Barack e Michelle Obama. Também, em 2020, recebeu o troféu de melhor documentário dos Prêmios Platino do Cinema Ibero-Americano (IMDB, 2023). A obra é apresentada, sinteticamente, em sua plataforma de exibição, como: “Documentário político e memórias pessoais se misturam nesta análise sobre a ascensão e queda de Lula e Dilma Rousseff e a polarização da nação” (*Democracia em vertigem*, 2019).

Assim, o longa-metragem busca compreender os caminhos da democracia brasileira por meio da exposição do panorama político, no período entre 1979 e 2018, passando pelas greves sindicalistas do ABC paulista, o final da ditadura militar, os movimentos pela “Diretas Já”, as eleições vencidas por governos conservadores e neoliberais (1989, 1994 e 1998), seguidas das vitórias dos governos progressistas de Lula, primeiro presidente proveniente da classe trabalhadora, (2002 e 2006) e Rousseff, primeira presidenta mulher do país (2010 e 2014). Lula e Rousseff são representantes da “maré rosa” da América Latina. A narrativa movimenta-se até a ocasião da virada à direita, alinhada ao movimento latino-americano da onda conservadora da “maré azul”, que culminou com a eleição de um candidato de extrema-direita, capitão reformado do exército, Bolsonaro, em 2018.

Para tecer esse enredo, *Democracia em vertigem* (2019) utiliza uma narrativa linear, contada em primeira pessoa, pela própria diretora, “falar na primeira pessoa aproxima o documentário do diário, do ensaio e de aspectos do filme e do vídeo experimental ou de vanguarda. (...) O que ganha expressão é o ponto de vista pessoal e a visão singular do cineasta” (Nichols, 2010, p. 41). O longa-metragem é elaborado a partir de um extenso acervo, constituído por fragmentos de imagens de outros filmes e documentários, reportagens de canais televisivos brasileiros, como Globo, SBT, Bandeirantes e Cultura,

redes de notícias internacionais, canais governamentais, como Câmara e Senado, Arquivo Nacional Brasileiro e outras divulgações governamentais oficiais, além de arquivos pessoais familiares de Costa e entrevistas com políticos, população civil anônima, trabalhadores e familiares.

Democracia em vertigem pode ser caracterizado como um documentário reflexivo, que mescla entrevistas, imagens midiáticas e filmográficas para construir uma narrativa que não é imparcial, pois a cineasta é testemunha da história e constrói o significado da narrativa (Nichols, 2005). Neste sentido, é importante observar que este documentário é constituído a partir da experiência de mundo e da narrativa pessoal da diretora Petra Costa, uma visão de mundo determinada por meio da intersecção de um recorte específico de gênero, classe e raça: mulher, burguesa e branca, descendente da elite econômica brasileira, descendência que Costa revela no documentário, conforme afirma em uma entrevista para Beatriz Amendola:

Eu falo muito claramente sobre como meu avô fundou a Andrade Gutierrez com dois sócios, como a empresa fez parte do esquema que foi descoberto pela Lava-Jato, as contradições que existem dentro disso. E acho que é uma coisa importante, que mais pessoas de famílias que fazem parte da formação oligárquica brasileira passem a falar sobre isso e a fazer críticas sobre o quanto a oligarquia brasileira tem sido repetidamente inimiga da democracia brasileira em tantos momentos da nossa História. É uma autocrítica que o Brasil precisa fazer (Costa, 2020).

A narrativa exibida por Costa gerou muitas críticas, positivas e negativas, porém foi um sucesso de público no ano de sua estreia. Na sequência apresentaremos algumas “batalhas” abordadas pela crítica que exploram diferentes perspectivas de análise com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais ampla e heterogênea do longa-metragem.

Nunes (2022) critica a diretora por narrar o filme e analisar os acontecimentos a partir do seu ponto de vista, isto é, da classe alta da sociedade, porém afirma que essa posição não invalida o filme, mas oferece uma visão limitada sobre os acontecimentos. Ainda mais, “consciente do acesso exclusivo proporcionado pelas conexões familiares da diretora, mas inteiramente desatento ao ônus de lidar com as questões sobre o que isso diz sobre o país, a perspectiva que a diretora ocupa, ou o que ela pode estar deixando de enxergar” (Nunes, 2022). O autor ainda afirma que o documentário exhibe lacunas de narração, investigação e interpretação, especialmente em relação às jornadas de junho de 2013 e a crise econômica de 2014, mas que afinal “sugere que o erro fatal do PT foi ter aderido a um sistema que sempre funcionou na base da corrupção, em vez de ter tentado mudá-lo” (Nunes, 2022).

Para Renck (2019), o longa-metragem é uma extraordinária obra cinematográfica, por conter boa qualidade estética, produzido por excelentes movimentos de câmeras e

impressionante acervo histórico e material, mas possui pontos positivos e negativos. Destaca-se como pontos positivos a divulgação do golpe parlamentar de 2016 para a audiência nacional e internacional, a partir de uma perspectiva da esquerda. Porém, o documentário falha na perspectiva do materialismo histórico, pois afirma, no início, que o país é uma democracia fraca, constituída por uma “república que veio através de um golpe militar, um país que depois 21 anos de ditadura, restabeleceu sua democracia” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:03’:19”), ou seja, uma democracia frágil, fundada e permeada por golpes de estado. Porém, o próprio enredo do documentário se autocontradiz neste ponto, quando mais a frente na narrativa caracteriza o Brasil como uma democracia forte, diferente das frágeis, na cena final do documentário, quando a narradora afirma que a democracia no país está adoecida e acabando lentamente:

Democracias frágeis tem uma vantagem sobre as sólidas; elas sabem quando acabam: generais fecham o congresso, ocupam as emissoras de TV e todo mundo percebe o que aconteceu. Mas democracias também podem acabar lentamente. Dizem que essa votação [votação na Câmara dos deputados que decidiu não autorizar instauração de processo contra o então presidente Temer] custou 4 bilhões em emendas. (...) Um extensivo exercício de poder que me dava a sensação de que nossa democracia estava muito doente (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:37’:51”).

O autor também desaprova a simplória análise crítica realizada pelo documentário sobre os acontecimentos de junho de 2013, que, ao contrário da simplicidade demonstrada, foi um acontecimento histórico complexo e de ruptura, resultado do extenso jogo político neoliberal.

Por sua vez, para Simões e Mello (2023), o documentário é narrado em um tom melancólico que utiliza “a memória como um fio condutor para projetar o contexto histórico do país” (p. 78). Além disso, afirmam que é um importante filme para a preservação da história e memória dos recentes acontecimentos históricos do país, com o objetivo de evitar a ocorrência de uma nova vertigem na democracia brasileira. “Diante da impossibilidade de lembrar sobre tudo ou narrar o todo, vemos o cinema como um recorte de resistência, uma fotografia necessária para se entender passado e presente” (Simões e Mello, 2023, p. 84).

Deste modo, observa-se que o documentário explora fragmentos de uma investigação policial publicada, ao vivo, por todos os meios jornalísticos e midiáticos sem contraponto, com delações reveladas antes das provas. Ainda, nas redes sociais houve forte disseminação de notícias falsas, também chamadas de *fake news*, que aliadas à desinformação e à manipulação, ajudaram a fragmentar a democracia e o estado democrático de direito. Assim, observa-se que esses fatores abriram o caminho para o

impeachment ilegítimo de Rousseff, sem crimes, a prisão de Lula, sem provas, e para a fragmentação política que dividiu um país que elegeu um candidato da extrema-direita, Bolsonaro, que foi majoritariamente beneficiado pela disseminação de *fake news*, conforme resultado da pesquisa de Dourado (2020):

No quadro das eleições de 2018 do Brasil, a análise revelou que a incidência de fake news aumentou no ritmo do acirramento da disputa política, especialmente ao redor dos dias das votações. Entre as histórias, aquelas classificadas como “Pró-Bolsonaro” e “Anti-Lula/Haddad”, ambas beneficiando direta e indiretamente o candidato Jair Bolsonaro (PSL), receberam ampla visibilidade nas plataformas online a ponto de produzirem, juntas, 93,52% do total de compartilhamentos: 797.106 e 1.705.832 respectivamente. Salienta-se, nesse sentido, que histórias que beneficiaram Jair Bolsonaro tiveram chances 23 vezes maiores em termos de visibilidade do que as que puderam, potencialmente, agirem em prol da chapa Lula/Haddad. Pode-se concluir, a partir dos dados, que a circulação de fake news, no caso das eleições de 2018 no Brasil, espelhou a tendência política de ascensão de valores de extrema-direita bolsonarista, mas principalmente demarcou o antipetismo como força política expressiva de disputa eleitoral (Dourado, 2020, p.237).

Assim, a cena de abertura acontece na sede do sindicato dos metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo–SP. O ano é 2018, o prédio da entidade está cercado por manifestantes que defendem Lula e demandam por justiça. Interessante observar a escolha discursiva por iniciar o documentário neste momento e neste espaço histórico. Destacamos que após o golpe de 1964, “o movimento sindical brasileiro foi duramente atingido, assim como as organizações de esquerda que nele atuavam” (Santana, 2018, p.23).

A situação da organização operária sofreu ainda mais com a promulgação da lei “antigreve”, que tornou o movimento ilegal²⁴ no Brasil. Conseqüentemente, após mais de uma década de forte repressão aos sindicatos e movimentos dos trabalhadores, o arrocho salarial e as intensas jornadas de trabalho levaram os trabalhadores a se reunirem para demandar melhores condições de trabalho, o que “poderia servir de faísca para um estopim já curto que levaria a classe trabalhadora, (...), a entrar em combustão, fazendo incandescer todo o corpo social” (Santana, 2018, p. 20).

Em março de 1979, com a deflagração da greve pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC, 170 mil trabalhadores paralisaram o trabalho nas fábricas na região do ABC, durante a assunção à presidência do último presidente do governo militar, João Figueiredo (Santana, 2018).

Assim, as demandas apresentadas pelos metalúrgicos, seja em termos da questão salarial, das condições de trabalho e da organização por local de trabalho, pilares

²⁴ A Lei 4.330/1964 foi promulgada em 01/06/1964 e revogada oficialmente somente em 28/06/1989 (Brasil, 1964). Também conhecida como “Lei antigreve” que, ao regular o direito de greve, tornou legalmente impossível as manifestações dos trabalhadores.

importantes de sustentação do regime político e do regime fabril. Com seu engajamento e luta, questionavam o autoritarismo do regime e das relações de trabalho. Ainda que não estivesse explícita de imediato nas formulações dos trabalhadores(as), passando a estar no desenrolar do processo, a demanda por democracia econômica, política e social nos parece perpassar todo o ciclo em questionavam termos de forma e conteúdo (Santana, 2018, p. 21).

Logo após esta forte mobilização sindical e operária no ABC, acontece a fundação do PT, em 1980²⁵, e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983²⁶, organizações criadas pela própria classe trabalhadora, com o objetivo de produzir representatividade para uma coletividade explorada pelas grandes corporações e silenciada pela violência repressiva do regime militar.

Inicia-se, desta forma, a década do sindicalismo, também chamado de “novo sindicalismo”. “Essa década se tornaria uma década sindical por excelência, tornando-se um dos períodos de ouro da história do movimento operário e sindical no país” (Santana, 2018, p. 52). E, é no início desta grande década, que se destaca a figura do então presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC e futuro fundador do PT, Luís Inácio Lula da Silva, “ainda uma figura enigmática para a maior parte da oposição e ao próprio governo. (...) Seu carisma, consagrado na condução de assembleias com mais de cem mil pessoas, fascinava e preocupava a esquerda e a direita” (Napolitano, 2018). Entretanto, conforme ressalta Napolitano:

A passagem da luta sindical para a luta política mais ampla era uma proposta das lideranças do ‘novo sindicalismo’, que apostaram no Partido dos Trabalhadores. Mas o caminho entre um retumbante movimento social e um vigoroso movimento político-partidário capaz de ser uma alternativa real de poder era mais longo e acidentado do que os petistas imaginavam (Napolitano, 2018).

Lula saiu do ABC Paulista, então núcleo da luta e resistência democrática no país ao final da ditadura - foi derrotado nas eleições presidenciais em 1989, 1994 e em 1998 (a primeira vez por Fernando Collor e as duas outras vezes por Fernando Henrique Cardoso) - para o mais alto cargo do poder executivo, de presidente do Brasil, por três mandatos (2003-2006; 2007-2010, 2023-atual). Lula tornou-se um dos políticos mais populares do

²⁵ O PT surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi oficializado como partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. (PT, 2023).

²⁶ A CUT - Central Única dos Trabalhadores – foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CUT, 2023).

mundo, mesmo enquanto esteve preso entre 2018 e 2019, e foi eleito pela revista estadunidense *Time* como uma das cem pessoas mais influentes²⁷ do mundo em 2023.

Lula que saiu do sindicato dos metalúrgicos do ABC e chegou a ocupar a função mais alta do poder executivo, retornou a sede do sindicato antes de se entregar à Polícia Federal. E é neste local que acontece a abertura do documentário com imagens escuras da noite e permeadas pela narração de diversos meios de comunicação de rádio e televisão, em língua portuguesa e inglesa. A primeira faixa que é veiculada ao telespectador está em frente ao prédio do sindicato “Lula 2018: Eleição sem Lula é fraude”. Nessa noite, no dia 07 de abril de 2018, Lula se abrigou na sede do sindicato após ter recebido a notícia sobre o decreto da sua pena de prisão, realizado pelo então juiz Sérgio Moro, por conta do caso do apartamento triplex²⁸ no Guarujá, cidade litorânea do estado de São Paulo.

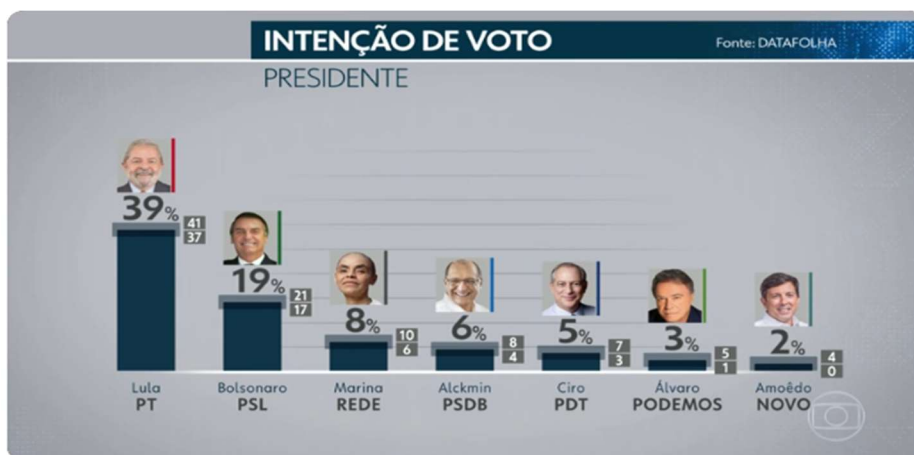
O documentário exhibe o momento que Deltan Dallagnol, Procurador da República da operação Lava Jato, divulga ao vivo, em um *power point*, as supostas evidências contra Lula encontradas na operação Lava Jato. Mas, na verdade, não haviam encontrado nenhuma acusação de fato, Dallagnol somente destaca que Lula era próximo de várias pessoas envolvidas na operação e discorre sobre o caso do triplex, em que afirma: “não teríamos aqui provas cabais de que Lula é efetivo proprietário no papel do apartamento, pois justamente o fato de ele não figurar como proprietário do triplex no Guarujá é uma forma de ocultação e simulação da verdadeira propriedade” (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:26’:30”). Ou seja, Lula foi indiciado na operação Lava Jato sem provas cabais e sem evidências de que ele seria o dono do triplex, todavia, com essas justificativas evasivas e imprecisas, Lula foi, posteriormente, preso em um momento pré-eleitoral, em que aparecia como favorito nas pesquisas eleitorais para presidente e alavancou o avanço da extrema-direita no país, pois permitiu a vantagem e eleição de Bolsonaro, conforme observamos nas pesquisas de intenções de voto para presidente nas eleições 2018, nas figuras 4, 5 e 6, abaixo relacionadas e explanadas.

²⁷ A revista *Time* elegeu Lula por seu compromisso com a democracia e a proteção climática, especialmente pela redução de 72% desmatamento da floresta amazônica em seu primeiro ano de mandato, em 2022. (Gore, 2023).

²⁸ A situação foi nacionalmente conhecida como “o caso do triplex no Guarujá”, em que Lula, supostamente, havia recebido o imóvel como pagamento de propina. Essa denúncia foi realizada pelo ex-juiz Sérgio Moro na Operação Lava Jato, em 2017. Lula foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e teve sua prisão decretada em 2018. Lula foi solto em 2019, após 19 meses de detenção, por motivo de alteração do entendimento do Supremo Tribunal Federal. Em 2021, Lula foi inocentado de todas as condenações da Operação Lava Jato pelo Supremo Tribunal Federal. Somente em 2022, por insuficiência de provas, o caso do triplex foi arquivado definitivamente. “A decisão, referendada pelo Plenário, entendeu que não havia relação entre os desvios praticados na Petrobrás e as irregularidades imputadas ao ex-presidente envolvendo o triplex” (Verenicz, 2022).

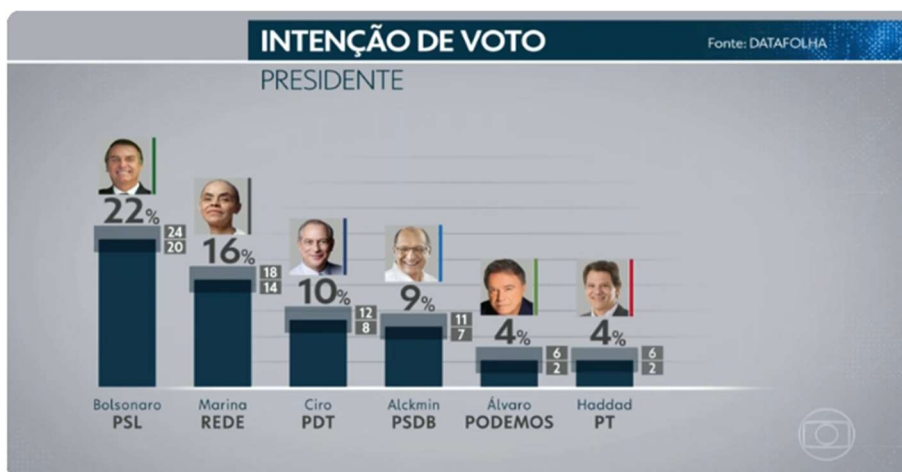
Independentemente de estar preso, Lula foi confirmado como o candidato para o cargo de presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2018 e liderava as pesquisas na corrida eleitoral. Em pesquisa realizada em agosto de 2018, Lula obteve 39% das intenções de votos, contra 19% das intenções de voto para Bolsonaro, conforme gráfico na figura 4, realizado pelo Portal G1, a partir dos dados da pesquisa Datafolha que foi “o primeiro levantamento do Datafolha realizado depois dos registros das candidaturas na Justiça Eleitoral” (Portal G1, 2018). Já prevendo a possibilidade da impugnação da candidatura de Lula, a pesquisa apresentou um segundo cenário que trocou Lula pelo candidato Fernando Haddad, até então vice-presidente da chapa do PT, onde Bolsonaro assume a primeira posição na pesquisa, com 22% das intenções de voto, conforme gráfico da figura 5.

Figura 4 - Pesquisa Datafolha: intenção de voto para presidente nas eleições 2018, 21/08/2018.



Fonte: Portal G1, 2018.

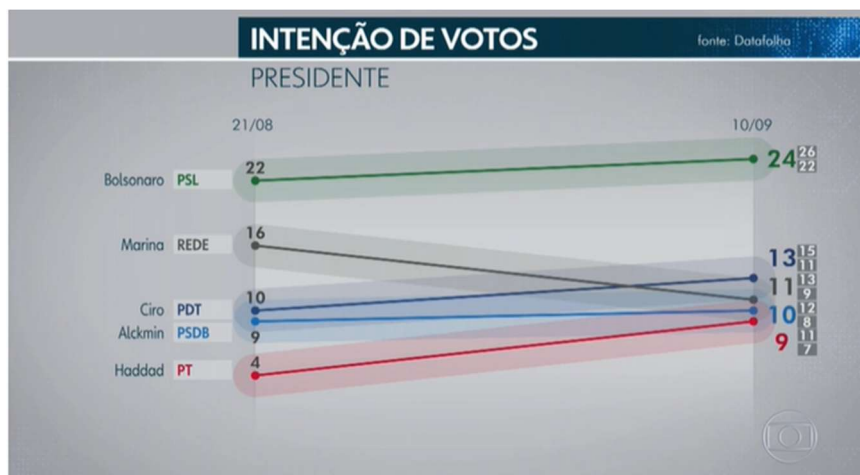
Figura 5 - Pesquisa Datafolha: intenção de voto para presidente nas eleições 2018, 21/08/2018, cenário sem o candidato Lula.



Fonte: Portal G1, 2018.

No entanto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proferiu a decisão de inelegibilidade do registro da candidatura de Lula, alinhada à Lei da Ficha Limpa²⁹, em setembro de 2018 (TSE, 2018). Logo após essa decisão, a primeira pesquisa Datafolha em que o Haddad foi substituído por Lula, como candidato pelo PT, em 10 de setembro de 2018, já temos Bolsonaro como favorito, conforme figura 6:

Figura 6 - Pesquisa Datafolha: intenção de voto para presidente nas eleições 2018, 10/09/2018.



Fonte: Portal G1, 2018.

A partir da inelegibilidade de Lula, Bolsonaro posicionou-se a frente e cresceu gradativamente nas intenções de voto até se eleger como 38º presidente do Brasil, em segundo turno, com 57.797.847 votos, contra 47.040.906 votos de Haddad, conforme resultado oficial do TSE (TSE, 2018). Apenas em 2021, a decisão de inelegibilidade de Lula foi revertida pelo STF, juntamente com todas as outras condenações da Operação Lava Jato (Verenicz, 2022). Evidentemente, a equivocada prisão de Lula impactou profundamente nos seguintes movimentos políticos do país e seu resultado é, de fato, irreversível.

Em sequência à cena de abertura, a câmera exhibe a área externa da sede do sindicato dos metalúrgicos do ABC, onde os manifestantes gritam energicamente “não vai sair!”. Então, a câmera conduz o espectador a parte interna do edifício, onde se encontra

²⁹ “Lula é inelegível em razão da incidência do artigo 1º, inciso I, alínea ‘e’, itens 1 e 6, da Lei Complementar n.º 64/90 (com a redação dada pela Lei Complementar n.º 135/2010, a Lei da Ficha Limpa), que dispõe que são inelegíveis aqueles que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público (item 1) e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (item 6)” (TSE, 2018).

Lula e diversos atores políticos que o apoiam e o abraçam neste momento difícil: a ex-presidenta Rousseff, Luiza Erundina, Haddad, Ivan Valente, entre outros.

Logo, a cena é cortada para outra manifestação popular de rua, que acontece à luz do dia, na Av. Paulista em São Paulo–SP, onde os manifestantes, em sua maioria vestidos com a camisa verde e amarela da seleção brasileira de futebol e portando a bandeira do Brasil, gritam “Lula na cadeia!” e “Fora PT” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:01’:45”). E comemoram a prisão do Lula. Rapidamente, retornamos à sede do sindicato, onde os manifestantes, à luz do dia seguinte, gritam “cercar, cercar e não deixar prender” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:02’:00”).

Novamente, a cena é cortada e o espectador é conduzido a um passeio pelo Palácio da Alvorada, a residência oficial do Presidente da República, localizado em Brasília–DF, desocupado, sem pessoas, mas recheados de móveis, estátuas, livros, obras de arte, em tons preto e branco, ao som de uma marcha fúnebre, à luz do dia. Conforme site da própria presidência:

O projeto do Palácio do Planalto impressiona pela leveza de suas linhas, com predomínio dos traços horizontais. O prédio encanta pela beleza das colunas, (...), [e] conta com um expressivo acervo de obras de arte de autoria de vários artistas representantes do modernismo no Brasil, entre eles Burle Marx, Bruno Giorgi, Di Cavalcanti e Athos Bulcão (Brasil, 2024).

No filme, a leveza das linhas arquitetônicas e a beleza das obras artísticas são contrastadas com o peso da narrativa. Durante este breve e belo passeio, Costa conta brevemente a história do país, desde a colonização portuguesa, passando pela exploração do pau-brasil, que deu o nome a este país, o genocídio dos escravizados, até chegar ao golpe militar que deu início ao período republicano do Brasil, em 1889. E, segue:

Um país que depois de 21 anos de ditadura reestabeleceu sua democracia. E se tornou uma inspiração para muitas partes do mundo. Parecia que o Brasil tinha finalmente quebrado a sua maldição. Mas aqui estamos, com uma presidente destituída, um presidente preso e o país avançando rapidamente rumo ao seu passado autoritário. Hoje, enquanto sinto o chão se abrir embaixo dos meus pés, temo que a nossa democracia tenha sido apenas um sonho efêmero (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:03’:19”).

A cena é finalizada na biblioteca, com foco em uma belíssima obra de arte de tapeçaria, em tons de preto e branco, intitulada “Músicos”, que foi desenhada exclusivamente para o Palácio do Alvorada, pelo modernista Di Cavalcanti, e representa um grupo de homens que seguram instrumentos musicais. Durante a gestão Bolsonaro, esta rara peça de arte, avaliada em R\$ 5 milhões, foi danificada, pois foi exposta ao sol, após ser transferida da biblioteca, para a sala de Estado, para liberar espaço para os

equipamentos utilizados por Bolsonaro em suas transmissões ao vivo pela Internet, também conhecidas como *lives*, para os seus seguidores, que se tornaram muito famosas durante seu governo.

Nessas transmissões semanais, Bolsonaro era o protagonista do programa *Live da Semana*, em seu próprio canal no *YouTube*, e transmitido também, em tempo real, em seus perfis nas mídias sociais *Facebook* e *Instagram*, geralmente, às quintas-feiras, com discursos negacionistas e conteúdos potencialmente falsos e desinformativos, sem a mediação da mídia tradicional, que se configuravam como uma ameaça à democracia (Aggio; Vaz; Castro, 2022).

As chamadas lives são uma estratégia peculiar de comunicação política em tempos de descentralização da comunicação, afinal, trata-se do uso de uma ferramenta de comunicação direta, sem mediações tradicionais do jornalismo entre o presidente de um país e seus governados, mas que, como é característica do bolsonarismo, traz sérios problemas em termos políticos e democráticos (Aggio; Vaz; Castro, 2022, p. 10).

Assim, acontece a abertura oficial do filme, com o nome do documentário em branco em um fundo preto, seguindo o tom de marcha fúnebre, a marcha fúnebre da democracia. Em continuação, seguimos diretamente para uma sequência de cenas de memórias pessoais da pequena Petra, imagens mais envelhecidas e escuras, no seu aniversário de 1 ano, em 1984, vigésimo ano da ditadura militar no país. Na televisão da casa onde se passam as cenas do aniversário, veem-se as imagens dos manifestantes nas ruas a favor das “Diretas Já” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:05:03”).

O espectador é introduzido ao núcleo familiar em que conhece os pais de Costa, que foram militantes clandestinos contra a ditadura. Das imagens familiares, passamos a imagens em preto e branco de militantes torturados na época da ditadura e a foto de um militante assassinado, Pedro Pomar, fundador do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mentor dos pais de Costa (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:06:01”). A narradora e diretora deste documentário, chama-se Petra, em memória a esse episódio. Pedro Pomar foi assassinado com cerca de 50 tiros na Chacina da Lapa, ocorrida em 16/12/1976.

O uso de imagens de arquivos pessoais é uma expressão usada com bastante frequência no cinema brasileiro contemporâneo, especialmente aqueles que tratam sobre período da ditadura. Os usos de imagens domésticas articulam memória e história e são fontes de acontecimentos passados silenciados historicamente (Machado, 2023). Ainda assim, “os documentos de arquivo, na qualidade de vestígios do passado, animam o

desenvolvimento de obras referentes à ditadura militar brasileira, endossando a recuperação de memórias silenciadas” (Rosa, 2019, p.83).

Em seguida, imagens do momento histórico da posse de João Figueiredo, último presidente do período militar, subindo a rampa do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo Federal brasileiro, protegido por soldados dos Dragões da Independência, militares responsáveis pela segurança do presidente da república (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:06':14”).

Logo na sequência, o espectador é introduzido, em imagens preto e branco, ao ABC Paulista, no ano de 1979, o ano em que “os ventos começam a mudar, quando milhares de operários entram em greve, desafiando a ordem da ditadura” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:06':25”). Neste momento, o espectador é apresentado ao jovem Lula, com 33 anos, metalúrgico, presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC e líder desse grande movimento grevista, e “ele só se interessa por política quando visita o congresso pela primeira vez e percebe que entre os 443 parlamentares, só 2 eram da classe trabalhadora” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:07':02”).

Lula discursa em uma praça, ao ar livre, para milhares de trabalhadores eufóricos, organizando e liderando o movimento grevista. Na cena seguinte, já em cores, é carregado energicamente por outros companheiros trabalhadores. E Costa realiza o seguinte comentário: “Para a minha mãe, ele era a expressão de um ideal, trabalhadores se tornando atores políticos, abrindo caminho em direção à democracia” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:08':21”).

Essas imagens de Lula, durante a greve dos metalúrgicos do ABC, são retiradas do documentário *ABC da Greve* (Brasil, 1979-1990), que foi baseado no trabalho de campo realizado por Leon Hirszman, em 1979, durante o acompanhamento do grande movimento grevista dos metalúrgicos do ABC, que somente anos mais tarde, e postumamente, foi lançado em formato de documentário. Hirszman deslocou-se ao ABC para testemunhar e filmar esse grande momento de convulsão social, inédito durante o período ditatorial, como base material para a realização do filme de ficção de longa-metragem *Eles não usam black-tie* (Brasil, 1981) que, baseado em uma peça teatral homônima de Gianfrancesco Guarnieri, retrata um movimento grevista de metalúrgicos. O uso de imagens de um documentário dentro do documentário enriquece a narrativa, pois as imagens são usadas como objetos de memória e de “prova histórica” (Penkala, 2012).

A resistência observada nos movimentos grevistas de 1979 e 1980 representou um momento de reviravolta na ordem política nacional. Conforme afirma Napolitano (2015, p. 22), “1979 significou um marco na consolidação da resistência democrática como a

quintessência da sociedade civil, cuja autoimagem passou a ser a antítese do Estado autoritário”.

Em 1980, Lula participa da fundação do PT e, em 1989, após o final da ditadura, candidata-se na primeira eleição direta para presidente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. E perde. Candidata-se nas eleições de 1994. E perde. Candidata-se nas eleições de 1998. E perde. Até que em 2002, após anos de caminhada e com um discurso mais conciliador, Lula ganha as eleições presidenciais (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:09':04”).

Há imagens pessoais de Costa e seus pais no momento da votação das eleições de 2002 e depois da grande massa de brasileiros que viajaram, em caravanas, à Brasília para acompanhar a posse do novo presidente eleito, em ritmo de festa, euforia, esperança e alegria, num mar de bandeiras vermelhas em frente ao palácio do planalto. Neste momento, o espectador acompanha as cenas da população celebrando a eleição de Lula na esplanada dos ministérios, acompanhado da voz de fundo de Lula, com seu discurso da posse, quando Costa afirma: “Eu tinha 19 anos quando Lula foi eleito, me lembro da alegria, que não estava só em mim, ela tinha tomado conta das ruas. Eu lembro do medo, da incerteza se deixariam ele tomar posse, da esperança que as desigualdades do país seriam enfrentadas” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:10':00”). Em sequência, a voz de fundo do discurso encontra a imagem, assim é exibida a cena de Lula no Congresso, em 01/01/2003, em seu discurso de posse, do qual destacamos: “Estamos começando hoje um novo capítulo da história do Brasil, (...) como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo, como nação de todos, sem distinções de classe, etnia, sexo e crença. Hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:11':10”).

Desta forma, acontece a posse de Lula, quando ele é abraçado e felicitado por muitos parlamentares no congresso, o que demonstra seu “carisma e sua decisão de conciliar” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:12':03”). No entanto, apesar de ser eleito com a promessa de mudar o país, o PT não possui maioria no congresso, o que leva Lula a fazer uma aliança com o PMDB, o partido mais poderoso do congresso de então. Neste momento, Costa afirma: “Eu votei no Lula com a esperança de que ele reformasse eticamente o sistema político, mas lá estava ele, repetindo práticas que ele sempre criticou e formando alianças com a velha oligarquia brasileira” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:13':00”). Apesar disso, o governo investe em políticas públicas que reduzem a fome e a pobreza no país e incentiva os estudos universitários por meio de bolsas e cotas nas universidades públicas.

Em seguida, Rouseff, que atuou como secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre, secretária estadual de Minas, Energia e Comunicações no Rio Grande do Sul, Ministra de Minas e Energia e Ministra chefe da Casa civil, é anunciada como sucessora de Lula na presidência. A obra enfatiza, ao retratar imagens icônicas, como a fotografia dela sendo interrogada (conforme figura 7 abaixo) que: “ex-guerrilheira, aos 22 anos, ela foi presa pelo regime militar, nesta foto, ela está sendo interrogada depois de 22 dias de tortura; enquanto seus interrogadores escondem seus rostos, ela mantém a cabeça erguida” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:16’:00”). Sobre essa situação, Rouseff comenta, em uma entrevista de 2020, ao portal Brasil de Fato:

Eu sou presa no processo de endurecimento do regime militar, que leva, a partir do final de 1969 e início de 1970, a uma constante busca de presos políticos pela repressão. Então, essa captura e colocação em presídios até ilegais, em prisões ilegais, ou seja, nas quais você como preso não era reconhecido até ir para a prisão, que funcionava como uma espécie de cartório no qual te identificavam. (...)

Eu fui presa em São Paulo, pelo DOI-CODI 2, do segundo Exército, que era chamado também de Operação Bandeirante, porque uma parte disso foi financiado por um segmento da elite econômica paulista que pagava, por exemplo, muitas vezes, a gasolina, o transporte de toda a operação. (...)

Ao entrar na prisão você desaparecia. Não tinha registro. E aí, havia tortura sistemática por um tempo. E geralmente essa tortura se dava nas estruturas controladas pelas Forças Armadas, basicamente o Exército. E a tortura é algo extremamente complexo. (...)

A tortura é algo que mexe com aquilo que é mais profundo e que constitui você (...) e acho que cada um de nós só aguenta tortura se enganando. Você fala: ‘Agora eu aguento mais cinco, dois minutos. Agora eu aguento mais três minutos’. Porque você não imagina que você vai aguentar um dia, porque isso é uma eternidade. Misturou dor, o tempo passa a ser minutos ou segundos. Então, você tem que se autoenganar. É assim que você faz. Você se autoengana. E mente. Uma vez eu fui para o Senado, e um senador, se não me engano, o Agripino Maia disse: "Mas você mentiu perante a tortura". Eu tenho orgulho de ter mentido. Na ditadura ou você mente, ou você não sobrevive. Na democracia é que se fala a verdade (Rouseff, 2020).

Figura 7 - Dilma Rousseff durante auditoria militar do Rio de Janeiro, em 1970.



Fonte: Arquivo Nacional da Verdade/Brasil de Fato, 2020.

Assim, o documentário retrata Rousseff como uma mulher forte, competente, experiente, que resistiu corajosamente a tortura e opressão durante a ditadura brasileira. Nessa mesma entrevista ao portal Brasil de Fato, a ex-presidenta opina sobre o documentário *Democracia em vertigem*:

Eu acredito que o filme *Democracia em Vertigem* tem um grande mérito, que é denunciar o surgimento no Brasil de um processo de extrema direita, que de uma certa forma tem características similares ao que acontece em outros países do mundo. Mas, para efeito só do país, eu considero que é muito importante o que a Petra Costa mostra nesse filme. Porque ela mostra com imagens do momento o que, do ponto de vista dela, ocorreu. E do meu ponto de vista também: que foi um golpe de Estado. Ou seja, um processo em base nos fundamentos jurídicos da Constituição Brasileira, que prevê um impeachment no caso de crime de responsabilidade, sem crime de responsabilidade. Coloca na pauta um golpe de Estado justamente para viabilizar uma agenda que tinha sido derrotada em quatro eleições consecutivas. Eu acho que essa narrativa mostra toda a ação dos principais sujeitos daquele momento. Então, a imprensa, as responsabilidades da imprensa neste processo do golpe estão evidenciadas. Assim como a responsabilidade do PSDB, as responsabilidades no surgimento das lideranças de direita, que hoje ocupam o cenário. E, sobretudo, ela evidencia como é que isso abriu caminho para a chegada do Bolsonaro ao poder (Rousseff, 2020).

Na sequência, o documentário mostra o resultado de Rousseff nas eleições de 2010, bem como a sua comemoração da vitória, como a primeira mulher eleita presidente do Brasil, ao lado do presidente Lula. Nas ruas, houve fogos, festas e comemorações por parte da população, inclusive Costa e sua mãe, que dançam na Av. Paulista fechada e em celebração. Assim, a narrativa do documentário cruza a linha da história e da memória pública e privada, quando Costa realiza um encontro/entrevista com Rousseff e sua mãe,

pois elas compartilham memórias e histórias semelhantes, conforme afirma a mãe de Costa: “mulher, mineira, militante, em épocas diferentes, estudamos nas mesmas escolas e fomos presas no mesmo presídio, Tiradentes; eu, por menos tempo, claro, e acima de tudo, ela lá, por mim, sem o ônus de aguentar tudo o que ela ia aguentar” (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:19:00”).

O encontro acontece na casa de Rousseff, em um ambiente privado, em que observamos o gosto pessoal por música e livros, guardados em uma biblioteca pessoal imensa. Neste momento, Rousseff é retratada de forma mais humanizada e sensível, bastante diferente da imagem pública estereotipada pela grande mídia patriarcal, misógina e machista.

Em continuidade, o documentário retrata as imagens dos protestos de Junho de 2013 em todo o país. Divergências políticas sempre existiram e continuarão existindo, mas uma nova onda de polarização foi estabelecida de forma acentuada, na sociedade civil brasileira, após o advento das manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho de 2013³⁰, que marcaram o momento da guinada à direita no Brasil, foi um “abalo sísmico” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:26:50”). Após este acontecimento, o país sofreu uma ruptura e mudou profundamente, o que resultou em uma intensa desestabilização política, que resultou no golpe parlamentar da ex-presidenta Rousseff, de 2016: “deste ponto em diante o país se dividiu em duas partes inconciliáveis” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:43:00”).

Somado à grave crise econômica, esse cenário permitiu à extrema-direita se apresentar como uma novidade, por meio de propostas de ‘soluções’ grosseiras, violentas e autoritárias para os problemas do país. (...) Forças políticas partidárias do fascismo e da truculência como forma de fazer política retornam ao cenário brasileiro trinta anos depois, criam base social e são muito bem recebidas pela direita liberal e pelo monopólio midiático (Santos; Pitillo, 2020, p.226).

Assim, observamos o crescente ódio manifestado pela maré azul nas ruas do país, em que diversas pessoas pronunciam discursos conservadores, marcadamente religiosos, em defesa da família tradicional e de apologia à ditadura. Se uma considerável parte da população deseja o retorno à ditadura, observa-se um esquecimento e/ou apagamento das memórias acerca das barbáries e dos traumas sofridos pelas vítimas, diretas e indiretas. Todavia, “existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber,

³⁰ “As Jornadas de Junho de 2013 foram o indício de que algo não estava bem na sociedade brasileira. Mesmo com a economia apresentando bons indicadores naquele momento, com baixo desemprego e aumento do consumo, milhões de pessoas saíram às ruas de todo o país para reivindicar melhores serviços públicos, com destaque para os transportes, estopim dos protestos” (Santos; Pitillo, 2020, p. 218).

mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar” (Gagnebin, 2006, p. 101).

Neste momento histórico, as discussões assumiram uma nova ordem social e monopolizaram a pauta do cotidiano da população em geral e as pessoas passaram a discutir política, energicamente, em todos os lugares. E, aqueles que não tinham um lado, escolheram um, a partir do seu próprio conhecimento de mundo, educação e política, porém fortemente fomentado por uma grande “infraestrutura organizacional – abarcando igrejas, programas de rádio e televisão, influenciadores do YouTube, grupos de *Whatsapp*, robôs do *Twitter*, etc” (Nunes, 2022).

Ao mesmo tempo em que os movimentos de esquerda estavam fragmentados e desunidos, o sentimento antipetista estava forte e vívido, em consequência do discurso anticorrupção promovido no contexto da Operação Lava Jato. E, com a crise econômica e política instalada, a direita encontrou espaço para expandir a base de adeptos, que poucos anos mais tarde elegeram Bolsonaro, cenário que também permitiu a plena ascensão na extrema-direita e do “bolsonarismo” no país. Para Nunes (2022), “o bolsonarismo é um projeto interclasses sustentado pela política, no topo, e por fortes afinidades eletivas, na base” e são compostos por três tipos de matrizes discursivas básicas: o militarismo, o anti-intelectualismo e o empreendedorismo. Adicionalmente, há mais duas matrizes que “apesar de mais circunscritas socialmente, desempenham um papel importante no estabelecimento das conexões narrativas entre as demais: o liberalismo econômico e o anticomunismo”.

Assim, os escândalos de corrupção revelados pela Lava Jato e o sentimento antiesquerda e antipetista, que enunciavam que o Brasil estava no caminho de se tornar uma Venezuela, facilitaram a criação de uma “narrativa que associava governos de esquerda, corrupção e ineficiência econômica, mesmo que o esquema de desvio de recursos envolvesse todos os principais partidos políticos” (Nunes, 2022).

A última matriz discursiva que completa e sustenta a base do bolsonarismo é o conservadorismo social, que já estava anteriormente difundido por todas as camadas sociais. Essa ideologia acredita na defesa dos valores da “família tradicional”, é contrária aos avanços dos direitos conquistados pelos movimentos feministas e LGBTQIA+, e se apresentou com muita força e potência na sociedade brasileira, tanto que “muitos [dos parlamentares] evocaram a defesa da família na hora de justificar o apoio ao impeachment da Dilma Rousseff” (Nunes, 2022).

As imagens da votação do impeachment da Câmara dos Deputados, ocorrida em 17/04/2016, aparecem no meio documentário, quando conhecemos alguns dos deputados que participarão do pleito (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:58’:42”). Alguns

parlamentares gritam “impeachment”, outros “democracia” e, ainda, alguns outros, rezam eloquentemente, o que representa conflito de interesses, pois estão em uma Casa que faz parte do Poder Legislativo, em um Estado laico.

Em seguida, inicia-se a votação. O público acompanha o acontecimento a partir de alguns ângulos: da televisão do Palácio do Alvorada, onde se encontra Rousseff, de diversos locais onde populares acompanham o pleito por um telão e de dentro da própria Câmara. Destaca-se, via uma edição ágil, o início do discurso de vários deputados que votaram a favor do impeachment: “pela minha família”, “pelos evangélicos”, “pelo povo de Deus”. O voto do próprio presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha, responsável pela instauração e condução do processo de impeachment, foi precedido do discurso: “que Deus tenha misericórdia desta nação” (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:00’:47”).

Por sua vez, o discurso de Bolsonaro, então deputado do Partido Social Cristão (PSC), na votação do impeachment, aparece em destaque no documentário, ainda que de modo incompleto, (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:05’:00”), o qual descrevemos abaixo:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o foro de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (Bolsonaro, 2016).

Em seguida, o filme exhibe imagens de quando Bolsonaro concede uma breve entrevista, ao comentar sobre o lançamento da sua candidatura a presidente da república. Ele faz apologia à violência e ao uso de armas pela população civil, critica o Movimento dos Sem-terra do Brasil, e, para concluir, afirma: “me chamam de grosso, homofóbico, fascista, etc, eu sou um herói e estou cada dia mais vivo perante a opinião pública” (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:05’:25”). Logo, Bolsonaro permite a entrada em seu gabinete. Na porta, há alguns adesivos, dos quais se destacam: “sou contra a corrupção” e “#Gunvoto – Don’t risk your rights” (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:06’:15”). Ao fundo da sala, há cinco quadros, cada um com uma foto dos presidentes no período ditatorial brasileiro: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974 – 1979) e Figueiredo (1979-1985). Bolsonaro afirma que é a foto dos últimos presidentes do Brasil (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:06’:27”), ou seja, reconhece e honra somente os ex-presidentes militares e despreza os presidentes da Nova República.

Esta circunstância, de acordo com Costa (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:06':52"), "era a cara de um país que nunca puniu os crimes cometidos pelo regime militar; um país moldado pela escravidão, por privilégios e por golpes; uma democracia fundada no esquecimento". Enquanto narra essa afirmação, as imagens do documentário são de uma manifestação da época da ditadura militar, em preto e branco, onde a cavalaria policial avança sobre manifestantes, no passado, e de outra manifestação, no tempo presente, em que a cavalaria avança sobre manifestantes em Brasília/DF. Tempo presente, com as mesmas repressões truculentas do passado.

Assim, observamos o uso da técnica de *voz over* que Petra Costa utiliza para conduzir a narrativa da obra. De acordo com Nichols (2010), a voz do documentário não é constituída apenas pela voz do narrador, mas uma somatória de todo o conjunto de imagem e som, tais como as escolhas dos planos de imagens, a narração, a trilha sonora, efeitos sonoros, diálogos e o uso de imagens de arquivos, pessoais ou de terceiros.

Conseqüentemente, identificamos que o esquecimento associado ao conservadorismo social e religioso restaurou a tríade discursiva "Deus, Pátria, Família" que já foi utilizada anteriormente em outros momentos da história nacional e mundial, como, por exemplo, pelo nazifascismo europeu, pela Ação Integralista Brasileira³¹ (AIB) e na Marcha da Família com Deus pela Liberdade³². Percebe-se, portanto, que a aplicação do discurso conservador religioso na política representa uma real ameaça à democracia e aos direitos humanos de um país.

Assim, pode-se dizer que tais políticos e movimentos se apropriam da religião, sustentando-se nela como se fossem seus representantes. Por se entenderem maioria, tais políticos e/ou religiosos intentam homogeneizar discursos, o que significa dizer que, em suas práticas, são capazes de promover um ciclo de marginalização daqueles que não são seguidores de uma determinada doutrina. Isso pode se manifestar como crimes de ódio, como nos diversos casos de perseguição às religiões de matriz africana no Brasil, atitudes que são potencialmente puníveis pelo Estado. Reitera-se, entretanto, que o perigo é mais latente quando tais representações religiosas assumem, elas mesmas, o poder do Estado, promovendo, pelo próprio aparelho estatal, o ódio, o preconceito e a morte, justificando-os pela leitura conservadora da religião (Almeida, 2022, p. 359).

³¹ A Ação Integralista Brasileira foi baseada no nazifascismo europeu, especialmente o italiano e o alemão. Foi fundada por Plínio Salgado, em 1932, ano de publicação do *Manifesto de 7 de Outubro de 1932*. Este documento, com discurso autoritário e religioso, "defende a liberdade de empreender, a valorização do modelo mononuclear de família e o catolicismo cristão como bases da sociedade brasileira" (Almeida, 2022, p. 357).

³² A Marcha da Família Com Deus pela Liberdade, realizada em 1964, marcou um dos momentos decisivos na véspera do golpe militar. "Apoiada por lideranças cristãs conservadoras, os manifestantes pediam a intervenção militar contra uma suposta ditadura comunista, anunciada pelas reformas de base propostas por João Goulart. (...) Seus líderes saudaram o triunfo militar sobre o ateísmo comunista" (Barros II, 2023, p. 299-300).

A soma dessas narrativas associada ao discurso anticorrupção constituiu a figura do “cidadão de bem”, que passou “a designar todos aqueles que não são ‘comunistas’, ‘petistas’ ou ‘de esquerda’ – vistos como apoiadores da corrupção e ‘não trabalhadores’ (Kalil, 2018, p.9).

Contudo, no eleitorado de Bolsonaro o termo corrupção é polissêmico. Uma outra de suas expressões é a “desordem” de costumes e valores que estariam colocando em risco a ordem familiar. Esta corrupção diz respeito, sobretudo às condutas privadas e morais, como a homossexualidade, a vida sexual desregrada e o aborto. (...) uma outra interpretação, a corrupção significa “confusão entre direitos e privilégios”. Nesta chave, são corruptas as pessoas que, no Brasil, “gozam de muitos direitos e não cumprem seus deveres”, como é o caso daquelas que se beneficiam dos programas sociais entre as/os mais pobres, de políticas de ações afirmativas entre as classes médias ou ainda das leis de incentivo à cultura entre os mais ricos. Essa perspectiva ancora as violentas críticas que são feitas ao Bolsa Família, às cotas raciais e à Lei Rouanet. Assim, a figura do “cidadão de bem”, que luta contra todas essas formas de corrupção, é uma espécie de repositório que consegue captar e atrair para si uma série de dimensões críticas a respeito de como sociedade e poder funcionam. (...) A força da categoria “cidadão de bem” vem de que ela se presta a tipificar uma espécie de barreira moral e política encarnada nas pessoas que resistem ao “avanço do comunismo”, à “ideologia de gênero”, às ameaças ao Estado de direito e ameaças à liberdade religiosa. Apesar de isso ser aparentemente contraditório, muitas das pessoas que cabem na categoria têm a plena convicção de estarem lutando pela democracia, contra o fascismo, contra o autoritarismo e contra a perda de direitos frente a um governo autoritário de esquerda. (...) [e] alguns destes perfis aqui apresentados veem a si mesmos como antifascistas, já que o fascismo é entendido e descrito como uma “ideologia de esquerda” (Kalil, 2018, p.10-11).

Após a votação do impeachment, Rousseff é afastada da presidência por 112 dias, até seu julgamento final, e quem assume, interinamente, é o vice-presidente, Michel Temer, com o apoio de um ministério, composto somente por homens brancos, que faz seu discurso de posse, do qual se destaca, também, o discurso religioso e de valores tradicionais: “o que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religião de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país” (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:08:30”).

Em seguida, o movimento da câmera do documentário transporta o espectador de volta ao Palácio do Alvorada, mas dessa vez o espaço está escuro, ao contrário da imagem iluminada do início do filme. Neste momento, a narradora observa que em frente ao Palácio há duas placas de agradecimentos pela restauração do prédio a algumas construtoras brasileiras, inclusive à construtora Andrade Gutierrez, da qual o avô de Costa foi um dos fundadores. Há uma placa em cada lado do Palácio, uma do ex-presidente de direita, Fernando Collor, e do outro lado, do presidente Lula, um governo de esquerda, ou seja, apesar de diferentes governos e posições políticas, as construtoras e empreiteiras

permanecem as mesmas, o que representa uma relação corrompida entre as empresas e o Estado brasileiro

Era o segredo que todos sabiam e, quando investigado, nunca dava em nada, até que veio a Lava Jato. Era triste ver um partido que elegemos na promessa de transformar o sistema se embrenhando numa estrutura promíscua de financiamento de campanha, desenhada para tornar qualquer mudança impossível (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:11:39”).

Neste momento, Costa realiza uma forte crítica ao governo do PT, que na sua opinião acabou seguindo passos semelhantes aos da velha política brasileira, ao invés de governar para o povo e contestar os contornos naturalizados do neoliberalismo no Brasil contemporâneo. Em seguida, o espectador está em um carro em movimento, em que Costa entrevista sua mãe, que afirma que essas relações de corrupção sempre existiram entre governos e empresas e construtoras na história do país, mas a grande novidade com a Lava Jato foi realmente prender alguns dos envolvidos nesses esquemas de corrupção, dos dois lados (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:12:00”).

Logo após Temer assumir interinamente como presidente, foi vazado um áudio com conversas entre Romero Jucá, Ministro do Planejamento, e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, em que discutem sobre o andamento das investigações na Lava Jato, antes da votação do impeachment. O áudio é transmitido no documentário a partir de 01:16:00. Destacamos a parte do diálogo que afirma que a assunção de Temer como presidente, após o impeachment, é um grande acordo nacional para evitar a continuação das investigações da Lava Jato, conforme fala do Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro: “é um grande acordo, botar o Michel, foi num grande acordo nacional, com todo mundo, aí parava tudo” (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:16:30”).

As conversas deste áudio materializam a tentativa de golpe parlamentar, pois os envolvidos afirmam que a aprovação do impeachment seria a única forma de interromper as investigações e evitar as condenações e prisões na Lava Jato. Apesar deste acontecimento, o curso do golpe não foi alterado e a sessão do julgamento final do processo do impeachment aconteceu no senado em 29/08/2016, retratada com ênfase pelo documentário. Uma vez mais, observamos os discursos incoerentes dos diversos parlamentares que aprovaram o impeachment.

Após ouvir todos os discursos dos parlamentares, Dilma discursou durante 45 minutos e deste discurso, o filme fez o seguinte recorte:

Venho para olhar diretamente nos olhos de Vossas Excelências, e dizer, com a serenidade dos que nada tem a esconder, não cometi os crimes dos quais sou

acusada, injusta e arbitrariamente. Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo por não concordarem com o conjunto da obra. Quem afasta o Presidente pelo conjunto da obra é o povo e, só o povo, nas eleições. Agora invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra, hipocritamente, o mundo dos fatos. Todos nós seremos julgados pela história. Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos faziam duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência. Hoje eu só temo a morte da democracia (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:20':30").

O documentário então retorna a continuação da cena de abertura, quando Lula está na sede do sindicato dos metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo/SP, após o decreto de prisão por conta do caso do triplex no Guarujá, onde ele afirma: “eu tinha consciência de que o golpe não terminaria enquanto eles não me prendessem, porque o impeachment da Dilma foi apenas um pretexto pra chegar a mim, porque não tinha sentido eles fazerem o impeachment da Dilma e me deixar voltar 4 anos depois” (*Democracia em vertigem*, 2019, 01:43':50").

Assim, o filme exhibe a vitória de Bolsonaro, bem como as comemorações populares nas ruas do país. E, finaliza, com uma impactante imagem aérea da esplanada dos ministérios, em Brasília, repleta de populares em manifestações, quando Costa, questiona, lentamente, ao som de uma melodia melancólica:

Como lidar com a vertigem de ser lançado em um futuro que parece tão sombrio quanto nosso passado mais obscuro?

O que fazer quando a máscara da civilidade cai e o que se revela é uma imagem ainda mais assustadora de nós mesmos?

De onde tirar forças para caminhar entre as ruínas e recomeçar de novo?

(*Democracia em vertigem*, 2019, 1:54':00" - 1:55':45").

Observa-se que as imagens audiovisuais são instrumentos importantíssimos para a preservação e problematização da memória e, também, da história, especialmente quando os filmes proporcionam reflexão crítica aos espectadores. Conforme afirma Nichols (2010), “nos documentários, encontramos histórias ou argumentos, evocações ou descrições, que nos permitem ver o mundo uma nova maneira” (Nichols, 2010, p. 28).

Assim, é importante destacar que neste ano de 2024, o Brasil completou 60 anos do golpe militar de 1964. Portanto, é um momento de reflexão e debate sobre o que foi conquistado e o que ainda pode ser realizado, especialmente em relação às políticas de memória e reparação às vítimas da ditadura empresarial-militar no Brasil. Ainda é preciso investigar os crimes e responsabilizar os torturadores do período, uma vez que a Lei de Anistia é incompatível com os tratados internacionais de Direitos Humanos, porém a revisão

da Lei da Anistia continua em trâmite no STF. O atual ministro do STF, Dias Toffoli, apresentou disposição em desengavetar essa antiga discussão, muito reivindicada pela sociedade civil, no segundo semestre de 2024 (Reina, 2024).

De acordo com Napolitano (2018), a memória hegemônica sobre o período ditatorial foi neutralizada e é, basicamente, uma memória liberal, moderadora e reconciliadora, que perdoou e esqueceu a censura, os crimes, as torturas os assassinatos e todas as formas de violência ocorridas durante os “anos de chumbo”. Essa memória hegemônica liberal foi legitimada com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, que, de certa forma, nivelou diferentes atores políticos, à esquerda e à direita, posicionando militares, agentes oficiais do Estado, e civis, ex-guerrilheiros das organizações de esquerda armada, na mesma categoria.

No entanto, “a maioria dos guerrilheiros foi de alguma forma punida, com prisão, exílio, tortura e morte. Já os agentes do Estado que participaram de atos ilícitos e crimes de lesa-humanidade sequer foram nominados ou intimados oficialmente pela justiça” (Napolitano, 2018). Percebe-se, portanto, que a transição democrática, realizada à luz da narrativa de reconciliação manifestada na Lei da Anistia, foi mais benéfica aos militares que aos civis, além de iniciar um novo período histórico brasileiro, a Nova República, em 1985, baseada em uma política de silenciamento e esquecimento.

A reparação ainda é esperada pela sociedade civil, especialmente pelas famílias de desaparecidos e mortos políticos, movimentos de esquerda e organizações de direitos humanos, no entanto, parece que essa transição ainda não acabou, e os militares continuam com bastante poder e prestígio nos três poderes. Ao aguardarem por um momento celebratório, educativo e relevante por parte do governo federal, atualmente conduzido pelo governo Lula, todos foram surpreendidos, negativamente, pelo veto do presidente em relação aos eventos e atos oficiais relacionados à efeméride. O ex-ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, precisou cancelar toda a campanha comemorativa e ações solenes previamente planejadas.

De acordo com pessoas próximas a Almeida, o evento organizado pela pasta ocorreria no Museu da República, em Brasília, e estava previsto um discurso do ministro. A cerimônia exaltaria a luta de militantes e perseguidos pelo regime de exceção comandado pelos militares. (...) Silvio Almeida é o ministro do governo Lula que mais se empenhou em 2023 a falar sobre o golpe militar. Às vésperas do aniversário de 59 anos da ditadura, ele disse que a "história sombria" dos governos militares deve ser contada. "A luta de um povo é fundamental para que os aspectos mais sombrios da história possam ser contados, superados e, mais do que isso, que seja passado um recado para as gerações futuras de que isso não será tolerado", afirmou Almeida durante visita ao Museu da Memória, na Argentina, que conta a história da ditadura no país. Em sua posse no Ministério dos Direitos Humanos, Silvio Almeida disse em discurso que sua gestão iria honrar as pessoas que lutaram pela democracia, para que suas histórias não caíssem no esquecimento. "Isso

significa não esquecer da luta daqueles que foram presos, torturados e mortos pelo autoritarismo do Estado brasileiro, seja no Império, na dita Velha República, que criminalizar todos os aspectos da nossa existência ou na Ditadura Militar, que ceifou os melhores anos dos verdadeiros patriotas que ousaram se levantar contra a covardia dos poderosos", disse (Feitoza; Seabra, 2024).

Além disso, “entre os planos, estava a produção de um vídeo no canal de humor Porta dos Fundos, evento com celebridades e a transformação em memorial do antigo DOI-Codi, o aparato de repressão e tortura do regime em São Paulo” (Vargas; Holanda, 2024).

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania já havia destinado R\$ 200 mil para esta ocasião e assinou um acordo com a Universidade de Brasília, UnB, que realizaria diversas atividades, exposições e solenidades, sob o slogan “60 anos do golpe 1964-2024 – sem memória não há futuro”, conforme trecho de documento no quadro 3, com o objetivo “esclarecer o que aconteceu na ditadura, como forma de garantia do direito à memória e de direitos humanos” (Motoryn, 2024) e com a justificativa disposta no quadro 4.

Quadro 3 – Trecho de documento que integraria campanha do governo sobre 60 anos do golpe, elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos.

MEMÓRIA, DEMOCRACIA E FUTURO

60 anos do golpe 1964—2024 **Sem memória não há futuro**

A construção de um futuro democrático depende da memória de uma Nação. Por isso, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) – em um esforço de reconstrução do Estado e retomada de agendas interministeriais e de diálogo com a sociedade civil, academia e diversos movimentos sociais – toma como ação prioritária, uma campanha pedagógica em meio ao marco dos 60 anos do golpe militar sofrido pelos brasileiros e brasileiras em 1964.

"Sem memória não há futuro" é o slogan que marca as iniciativas lideradas pelo MDHC. Se a cada par de décadas o país se vê ameaçado por forças opressoras e antidemocráticas, 2024 se apresenta como ano oportuno para que verdades não contadas, ou desvirtuadas, alcancem o imaginário social assaltado por entendimentos descolados da soberania nacional.

Na educação, na economia, na cultura, nos costumes e na comunicação - durante período tão nefasto como a Ditadura Militar - as histórias contadas por frentes antidemocráticas não estavam honestamente relacionadas à herança desse período opressor.

POR QUE DEVEMOS LEMBRAR DO GOLPE DE 1964?

Censura aos grandes meios de comunicação e classe artística; desinformações disseminadas pela própria imprensa e pelo Estado brasileiro, um suposto "milagre econômico" e a ideia ilusória de que aqueles 21 anos foram bons para setores como a educação e para a garantia da ordem e do progresso, são exemplos de tentativas de usurpar a inteligência da população diante de revisionismos motivados pelo apagamento da cultura tão plural e diversa como a de nosso país.

Se, por um lado, os desaparecimentos, torturas e mortes causadas pelo Estado brasileiro contra quem ousasse se levantar contra os militares marcaram de dor e luto esse período, a defesa da democracia também se revelou soberana na luta, na resistência e na insubmissão de boa parte da Nação. É tanto que a Constituição de 1988 veio à tona.

Por isso, mais do que nunca, é preciso fazer ressoar as vozes daqueles que foram silenciados e, ainda nos dias atuais, são legados ao mesmo silêncio dominador por meio de notícias falsas e de uma desigualdade social estruturada no racismo secular.

NAÇÃO BRASILEIRA

São povos indígenas, estudantes, pessoas LGBTQIA+, artistas, professores, trabalhadoras e trabalhadores, negros, mulheres, crianças e adolescentes e todos aqueles que se emancipam apesar dos esforços adversos de calar a democracia.

Não estão dissociados desse silenciamento as violências nas escolas, a apologia à ditadura e a militares avessos à soberania nacional/humanidade; as milícias, os episódios de violência policial e do Estado, as "fake news", a negação da ciência, situação do sistema prisional brasileiro e a exploração de terras sem observar a garantia dos direitos humanos fundamentais garantidos pela Constituição Brasileira.

Portanto, as interrupções dos processos de construção de um Brasil democrático são mazelas que instabilizam a cidadania brasileira.

UMA GRANDE MOBILIZAÇÃO

Em uma mobilização com ministérios, movimentos sociais, acadêmicos, artistas e comunicadores, o MDHC, por meio da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade, pretende organizar ações conjuntas em todos os cantos do país para que o passado não seja, como tem sido, uma frequente ameaça ao futuro do Brasil.

Por meio de uma rede nacional, apoiaremos entes federados - nos estados e municípios - a fim de potencializar ações regionais em defesa da democracia. Mobilizaremos diversos atores a fim de promover seminários, debates e atos simbólicos - aliados ao poder da comunicação pública - para que projetemos o sentimento que nos guia: sem memória, não há democracia.

Serão fundamentais as ações transversais que envolvam movimentos da sociedade civil, sindicatos, universidades, institutos federais, organizações religiosas, empresas, entre tantos atores fundamentais para essa construção cidadã.

SEM MEMÓRIA, NÃO HÁ FUTURO

Fonte: Vargas; Holanda, 2024.

Quadro 4 – Justificativa do acordo entre Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e Universidade de Brasília, UnB.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

Todo cidadão brasileiro tem o direito de saber o que aconteceu durante a ditadura civil-militar. A falta de esclarecimentos, explicações e trabalhos de grande circulação social referentes à memória e à história do período é indício forte da existência uma violação explícita ao direito à memória e, consequentemente, aos direitos humanos. É comum não encontrarmos, nos espaços em que esses eventos se desenrolaram, nenhuma marca visível, nenhum lugar de memória elaborado pelo Estado demonstrando os fatos ocorridos no período de exceção. Nos dias de hoje, as demandas por memória e esclarecimento sobre violações de direitos humanos, vistas como fundamentais para a consolidação democrática, são incontornáveis.

Fonte: Motoryn, 2024.

O presidente Lula, em entrevista concedida ao programa "É Notícia", da RedeTV!, em 27/02/2024, afirmou:

Eu, sinceramente, vou tratar da forma mais tranquila possível. Eu estou mais preocupado com o golpe de 8 de janeiro de 2023 do que com 64. Eu tinha 17 anos de idade, estava dentro da metalúrgica Independência quando aconteceu o golpe de 64. Isso já faz parte da história. Já causou o sofrimento que causou. O povo já conquistou o direito de democratizar esse país. Os generais que estão hoje no poder eram crianças naquele tempo. Alguns acho que não tinham nem nascido ainda naquele tempo. O que eu não posso é não saber tocar a história para frente, ficar remoendo sempre, remoendo sempre, ou seja, é uma parte da história do Brasil que a gente ainda não tem todas as informações, porque tem gente desaparecida ainda, porque tem gente que pode se apurar. Mas eu, sinceramente, eu não vou ficar remoendo e eu vou tentar tocar esse país para frente (Machado, 2024).

Lula também vetou o projeto do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para a fundação do Museu da Memória e dos Direitos Humanos no Brasil. Dino, durante participação em evento oficial de celebração aos 50 anos do golpe militar no Chile, inspirou-se no museu chileno de mesmo nome, inaugurado em 2010, e apresentou o projeto ao presidente Lula. Neste evento, Dino afirmou: “O exercício da memória é um exercício de coerência com a luta democrática e popular. É um exercício de coerência com a luta contra o fascismo. Nós devemos ao Brasil e vamos pagar essa dívida [com] um Museu da Memória, da Verdade e dos Direitos Humanos” (Poder360, 2023). No entanto, “o projeto não avançou e nem sairá do papel, uma vez que há uma decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não provocar atritos com os militares” (Balza, 2024).

Porém, é importante destacar que a proposta da construção de um museu da memória não é novidade. Em 2014, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no capítulo 18, que trata sobre conclusões e recomendações, item II, sobre recomendações, que tem o objetivo de “prevenir graves violações aos direitos humanos, assegurar a não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito” (Brasil, 2014, p. 964), destacamos o subitem 28 que trata sobre a preservação da memória das graves violações de direitos humanos, recomendação 48:

Devem ser adotadas medidas para preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV e, principalmente, da memória de todas as pessoas que foram vítimas dessas violações. Essas medidas devem ter por objetivo, entre outros:

- a) preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos;
- b) instituir e instalar, em Brasília, um Museu da Memória (Brasil, 2014, p.974).

O primeiro volume do relatório da CNV foi publicado em dezembro de 2014. Em breve, celebraremos a primeira década dessa publicação, mas com pouco a comemorar. Apesar do imenso mérito e relevância das atividades, fatos examinados, testemunhos, conclusões e recomendações, avançamos pouco em efetivar o direito à memória, à verdade

histórica e a responsabilização dos agentes do Estado, militares ou não, envolvidos nos casos de violações aos direitos humanos, torturas, mortes e desaparecimentos.

Porém, essa situação é resultado da transição democrática brasileira, em que ocorreu uma continuidade, sem grandes rupturas institucionais e com quase todos os mesmos atores políticos, portanto foi o preço pago pela concordância da oposição nessa transição negociada, que evitou traumas e revanchismos entre os dois lados e produz tensões até os dias de hoje. Segundo Napolitano:

A CNV tinha a missão de conciliar práticas e discursos, produzindo algo próximo de uma “história oficial” do período, no sentido de informar as futuras ações institucionais e representações simbólicas sancionadas pelo Estado brasileiro, como um todo, sobre o regime militar. Entretanto, as reações dos setores militares ao relatório da CNV, incluindo alguns nomes que estão no serviço ativo, indicam que as polêmicas internas ao Estado estão longe de ser superadas (Napolitano, 2015, p. 31).

Desta forma, observamos uma posição bastante moderada e conservadora do presidente Lula, que perdeu oportunidades de fortalecer a democracia brasileira, especialmente após o recente avanço da extrema-direita, bem como de seus negacionismos e revisionismos históricos. Talvez, Lula siga os mesmos passos do passado, ao evitar atritos e conflitos com os militares e, cada vez mais, consolidar a anistia concedida aos assassinos do período militar. Uma vez mais, a história é silenciada, em um momento tão importante para a consolidação da democracia no país. No entanto, esse silêncio é amparado pela Lei da Anistia e corrobora a narrativa de esquecimento tão desejada pelas Forças Armadas.

Portanto, neste caso, combinam-se silêncios convenientes no presente que apontam para a necessidade de esquecimento do passado para que a democracia se efetive. Neste caso, trata-se de um silêncio do perpetrador das violências que é diferente do silêncio da vítima. O silêncio do perpetrador encontra respaldo no discurso oficial do poder em vigência ou das suas redes de proteção institucionais após a queda política. O silêncio da vítima é produto de um trauma. O silêncio do perpetrador e seus herdeiros políticos é tabu (Napolitano, 2015, p. 26-27).

A anistia foi usada como política de esquecimento dos crimes cometidos durante a ditadura brasileira e resultou desastrosamente no esquecimento deste sombrio período histórico. Ainda é possível quebrar o tabu, alterar judicialmente o entendimento da Lei da Anistia e responsabilizar os culpados e, aos poucos, ampliar a construção de uma memória coletiva.

Assim sendo, defrontamo-nos com o grande desafio de pensar políticas da memória que levem em conta as demandas dos movimentos que lutam pela construção de

uma memória popular ou, por assim dizer, de uma "memória dos vencidos", ou seja, pelos grupos e minorias que criam novos suportes e "lugares da memória", através de seus discursos, manifestações, celebrações, rituais, da organização sistemática de seus arquivos e da luta pela abertura dos arquivos da ditadura. Faz parte da luta por uma *memória dos vencidos*, a busca incessante pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos ocorridos durante o período da ditadura militar brasileira (Ansara, 2012, p. 302).

Almeida, desde que assumiu o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, desejou recriar a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. A referida comissão foi criada em 1995 e extinta em 2022, sob o governo Bolsonaro, e tem o objetivo de reconhecer as pessoas mortas e desaparecidas, além de identificar os corpos das vítimas da ditadura empresarial-militar no Brasil. Conforme afirmou o ex-ministro:

Dia sim e outro também, a ditadura militar é louvada por certas figuras da política brasileira. Temos o desafio de superar esse momento da história. Tragédias e traumas não tratados retornam e voltam para nos assombrar. É isso que estamos vendo no Brasil: uma série de assombrações fascistas e não democráticas que insistem ainda em arrastar suas correntes na sociedade brasileira (Agência Senado, 2023).

No entanto, após meses de expectativa, reivindicações e ligeira desesperança por parte da sociedade civil, entidades e organizações, Lula, finalmente, reinstalou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em despacho presidencial publicado no Diário Oficial da União, de 04/07/2024 (Brasil, 2024). Conforme declarou o ex-ministro Silvio Almeida:

A recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos é um importante passo na garantia da memória, da verdade e da justiça. Com a reconstituição da comissão, terão continuidade os trabalhos ilegalmente interrompidos pela gestão anterior de buscas e identificação das pessoas mortas e desaparecidas. Agora, após a posse dos integrantes, serão definidos os detalhes de funcionamento, calendário de atividade e plano de trabalho (Brasil, 2024).

A recriação dessa comissão é muito importante e fundamental para a reparação às vítimas e a reconstituição da história e da memória a partir do ponto de vista dos vencidos, torturados e assassinados pelo regime ditatorial brasileiro.

Diante o exposto, observamos a importância do documentário para a preservação da memória e da história de um país, "o vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social" (Nichols, 2010, p. 27).

Deste modo, ainda que *Democracia em vertigem* seja um recorte, a partir de um ponto de vista particular, Costa exhibe, como testemunha viva de seu próprio tempo, sua memória e história, e afirma no prólogo do documentário "Hoje, enquanto sinto o chão se

abrir embaixo dos meus pés, temo que a nossa democracia tenha sido apenas um sonho efêmero” (*Democracia em vertigem*, 2019, 00:03’:30”). A metáfora da primeira oração é usada para descrever a sensação de desespero e tristeza ao assistir ao esfacelamento de uma jovem e promissora democracia e a segunda oração associa a democracia a um sonho, ou seja, uma realidade irreal, uma sensação somente possível fora do plano consciente e concreto. Este mesmo sentimento foi o que tomou conta de mim e quando eu, como testemunha do meu próprio tempo, senti o chão se abrir embaixo dos meus pés, ao assistir um golpe de estado, ataques às instituições democráticas de direito, desinformação, intolerância, profunda polarização política e ameaça aos direitos humanos no meu país, no meu tempo de vida, foi desestruturador, triste e inquietante; foi a motivação para esta pesquisa.

Ao assumir o desafio de contar a narrativa política brasileira contemporânea, alcançar grande audiência e se tornar um dos documentários brasileiros mais assistidos da história, com ótima recepção da crítica cinematográfica internacional, receber inúmeras indicações para premiações de cinema, inclusive a última nomeação brasileira no Oscar, em 2020, na categoria “melhor documentário de longa-metragem”, é inegável que *Democracia em vertigem* conquistou seu lugar na história.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Um povo sem memória é um povo sem história.
E um povo sem história está fadado a cometer, no
presente e no futuro, os mesmos erros do passado.*
(Emília Viotti da Costa)

Esta dissertação teve como objetivo investigar as memórias e histórias em disputa, especialmente em relação àquelas que ocorreram como consequências dos movimentos autoritários, violentos e desumanos que permearam os governos ditatoriais e o terrorismo de Estado da segunda metade do século XX na América Latina, produtos da estratégia de segurança nacional e de política externa dos EUA. Constatou-se que os golpes militares latino-americanos, oficiais ou não-oficiais, foram apoiados direta ou indiretamente pelos EUA, em nome do combate a subversão e ao anticomunismo, durante o período da Guerra Fria, além de tentarem alinhar todos os países da região aos ideais neoliberalistas e capitalistas estadunidenses.

No campo dos processos históricos, os fundamentos foram baseados nos pensamentos dos autores Eric Hobsbawm (1995), Walter Benjamin [1940]/(1996), Francisco Buitrago (2003), João Roberto Martins Filho (2002/2005), Marcos Napolitano (2018) e René Dreifuss (1964). Assim, exploramos, especialmente, o processo sócio, político e histórico brasileiro, de república democrática a ditadura e da redemocratização a vertigem.

No Brasil, o golpe militar de 1964 contou com forte apoio dos empresários, além da classe média e dos meios midiáticos, o que justificou o uso do termo ditadura empresarial-militar. Em seguida, os períodos de redemocratização iniciaram nos países da América Latina, inicialmente, de forma conservadora e neoliberal, mas a partir dos anos 2000, observaram-se ciclos de governos progressistas, também chamados de maré rosa, e conservadores, ou marés azuis, o que desestabilizou os alicerces da democracia na região.

Em relação aos conceitos de memórias, articulamos as teorias de Maurice Halbwachs [1968] /(1990), Michael Pollak (1989), Alejandro Baer (2010), Pierre Nora (1993), Joël Candau (2011), Johann Michael (2010) e Elizabeth Jelin (2017), em que observamos um conceito multidimensional, dinâmico e complexo, baseado em diversos planos, motivações e representações históricas. Assim, temos que as memórias e histórias hegemônicas estão em disputa e desconstrução e, por isso, os movimentos de batalhas

pelas memórias revelaram uma nova interpretação da memória e da história e ainda possuem grande potencial para revelarem ainda mais passados silenciados. Ainda, esta disputa é fundamental para construir um futuro mais humano e a não repetição de acontecimentos repressivos no futuro, como aqueles que ocorreram no passado.

Finalizamos com as reflexões sobre os acontecimentos retratados no longa-metragem *Democracia em vertigem* (2019), documentário político narrado em primeira pessoa pela própria diretora, a partir da sua própria experiência de mundo, que retrata o processo de redemocratização do Brasil, acompanhado de suas memórias pessoais e familiares. Observamos na narrativa o processo da intensificação da polarização política, associado a disseminação de *fake news*, violência e autoritarismo, que resultaram em um golpe de Estado, o enfraquecimento das instituições democráticas e a ascensão da extrema-direita e do bolsonarismo.

Ainda, a narrativa oferece evidências sobre a ascensão do conservadorismo social e religioso que restaurou a tríade discursiva “Deus, Pátria, Família” aplicado ao campo político, o que representa uma grave ameaça a democracia em um país laico. Nos momentos finais de revisão desta dissertação, Petra Costa realizou a estreia de seu novo documentário *Apocalipse nos Trópicos*, em 29/08/2024, no Festival de Veneza, que apresenta uma discussão sobre política e religião, especialmente a ascensão da eleição de candidatos representantes da bancada evangélica. “Petra e sua equipe desvelam informações históricas, documentais, imagens exclusivas e perturbadoras de um Brasil que se ajoelha na rua para rezar pelas eleições, pelo seu candidato, pelo futuro da nação” (Guerra, 2024). Futuras investigações poderão ampliar a compreensão deste fenômeno recente que trata sobre a representatividade e a força da bancada evangélica no Congresso Nacional e sua relação com a democracia, a neutralidade e laicidade do Estado brasileiro, conforme disposto na Constituição de 1988.

Quanto a limitações, é importante salientar que esta pesquisa encontrou dificuldades em encontrar bibliografias teóricas do campo da história de pesquisadoras mulheres. A maioria das pesquisas nesta área ainda são realizadas, majoritariamente, por homens. Também encontramos pouquíssimas publicações de análise do documentário *Democracia em vertigem* (2019), o que reduziu o panorama de revisão da literatura especializada sobre este tema.

Assim, este estudo contribui para preservação e reflexão sobre a memória e a história na América Latina contemporânea, especialmente em relação àquelas do período ditatorial. A anistia foi usada como política de esquecimento dos crimes cometidos durante a ditadura brasileira e resultou em esquecimento e revisionismo histórico. Os acontecimentos estão no passado, mas ainda é possível, no presente, desenvolver políticas públicas de reparação, responsabilizar os culpados, além de desconstruir e reconstruir a história e a memória coletiva deste período histórico.

Ainda há um longo percurso em busca de mais dignidade, justiça e respeito aos direitos humanos, portanto é preciso buscar e aperfeiçoar diálogos com a população civil, esclarecer o panorama sócio-histórico-político e fortalecer os caminhos da democracia, com o propósito de tentarmos construir um modelo de vida em sociedade mais harmonioso, progressista e íntegro.

A democracia precisa representar um povo e para isso precisamos de mais representatividade e pluralidade em cargos políticos de mulheres, negros, indígenas, não somente de candidatos eleitos, como de indicados a outros cargos como ministras, juízas e secretárias, em todos os três poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Após o fracasso e desastre dos últimos governos conservadores, o mundo latino-americano vivencia um retorno de governos progressistas com Andrés Manuel López Obrador, no México (2020), Luis Abinader, na República Dominicana (2020), Pedro Castillo, no Peru (2021), Xiomara Castro, em Honduras (2022), Gabriel Boric, no Chile (2022), Gustavo Petro, na Colômbia (2022), e Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (2023). No atual governo de Lula, a integração latino-americana retornou ao destaque na agenda política internacional. E, com este novo panorama rosado, espera-se por uma nova possibilidade para a concretização de uma integração latino-americana benéfica e próspera para a população.

Em virtude dos fatos mencionados, observa-se que o presente se apresenta repleto de dores e fantasmas do passado colonial e ditatorial na América Latina, por isso a reflexão sobre as batalhas pela memória é fundamental para a construção de um futuro mais equitativo, humano e democrático. A defesa pela democracia na América Latina é necessária e urgente.

REFERÊNCIAS

ABC da greve. Direção: Leon Hirszman. Leon Hirszman Produções. Brasil, 1979 - 1990, (84 min). You Tube. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>. Acesso em: 20/08/2023.

AFP. Chile rejeita segunda proposta de nova Constituição. Deutsche Welle, 18/12/2023. Disponível em: <[Chile rejeita segunda proposta de nova Constituição – DW – 18/12/2023](#)>. Acesso em: 28/08/2024.

AGÊNCIA SENADO. Silvio Almeida quer recriar Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/27/silvio-almeida-quer-recriar-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos>>. Acesso em: 23/06/2024.

AGGIO, Camilo; VAZ, Geraldo Frances Fonseca; DE CASTRO, Thomaz Moreira Arantes. As lives no pico: a pandemia nas transmissões de Jair Bolsonaro. Revista Compólitica, v. 12, n. 1, p. 5–28, 2022. Disponível em: <<https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/567>>. Acesso em: 31/08/2024.

ALBUQUERQUE, Bianca. **A produtora Brasil Paralelo na guerra cultural da extrema direita**. “1964: O Brasil entre armas e livros”. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

GORE, Albert. The 100 most influential people of 2023: Luiz Inácio Lula da Silva. Time Magazine, 2023. Disponível em: <<https://time.com/collection/100-most-influential-people-2023/6269853/luiz-inacio-lula-da-silva/>>. Acesso em: 30/06/2024.

ALMEIDA, João Paulo Martins de. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. **RUA**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 353–376, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8671122>>. Acesso em: 28/06/2024.

AMENDOLA, Beatriz. Petra Costa: Diretora indicada ao Oscar por Democracia em Vertigem reconta trajetória e diz não acreditar em imparcialidade. Portal UOL Entretenimento, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/reportagens-especiais/petra-costa-quem-e-a-diretora-indicada-ao-oscar-por-democracia-em-vertigem/#cover>>. Acesso em: 30/08/2024.

ANSARA, Soraia. Políticas de Memória x Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Psicologia Política**, volume 12, número 24, pp. 297-311, maio – ago./2012.

ARGENTINA 1985. Direção: Santiago Mitre. Produção: Infinity Hill, Kenya Films e La Unión de los Ríos. Argentina: 2022, Amazon Prime, (140min).

BAER, Alejandro. La memoria social: breve guía para perplejos. In: Zamora, J.A.; Sucasas, A.(Eds.). **Memoria - Política - Justicia**. Madrid: Editorial Trotta, 2010, p.131-148.

BALZA, Guilherme. Depois de cancelar atos sobre ditadura, Lula desiste também de Museu da Memória e dos Direitos Humanos. Globo News. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2024/03/19/depois-de-cancelar-atos-sobre-ditadura-lula-desiste-tambem-de-museu-da-memoria-e-dos-direitos-humanos.ghtml>>. Acesso em: 23/06/2024.

BARROS II, João Roberto. Envolvimento (neo) pentecostal na política brasileira. In: MECHI, Patrícia Sposito; DULCI, Tereza M. Spyer (Org). **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

BARRIENDOS, Joaquín. A colonialidade do ver: rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. In: **Epistemologias do Sul**, volume 3, número 1, pp. 38-56, 2019.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BEIGUELMAN, Gisele; KOENS, Andrey. **Ditamapa**. Disponível em: <<https://ditamapa.desvirtual.com/>>. Acesso em: 09/07/2023.

BORGES, Victoria. Desbotada pelo sol: obra rara de Di Cavalcanti é exclusiva do Alvorada. Portal UOL, 07/01/2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/07/desbotada-pelo-sol-obra-rara-de-di-cavalcanti-foi-exclusiva-para-alvorada.htm>. Acesso em: 07/07/2024.

BRASIL – Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 09/07/2024.

BRASIL – Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-569938670>>. Acesso em: 07/07/2024.

BRASIL – Escola Superior de Guerra (ESG). Histórico. Disponível em: <<https://www.gov.br/esg/pt-br/a-esg/historico-1>>. Acesso em: 25/06/2022.

BRASIL – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/estado-brasileiro-retoma-comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos>>. Acesso em: 07/07/2024.

BRASIL – Planalto. O Palácio do Planalto é a sede do Poder Executivo Federal, local de trabalho do Presidente da República do Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/palacios-e-residencias/palacio-do-planalto>>. Acesso em: 07/07/2024.

BRASIL – Portal da Legislação do Governo Federal. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 20/06/2022.

BRASIL – Portal da Legislação do Governo Federal. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 20/06/2022.

BRASIL - Portal da Legislação do Governo Federal. **Lei nº 4.330, de 1º de Junho de 1964**. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4330.htm#>. Acesso em: 29/08/2023.

BRASIL – Presidência da República – Casa Civil. Lei Nº 12.528, de 18 de Novembro de 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 09/07/2024.

BRASIL de fato. Dilma Rousseff: "Tortura é dor e morte. Eles querem que você perca a dignidade". 15/01/2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>>. Acesso em: 29/07/2024.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU [21/09/2021]. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>>. Acesso em: 03/09/2023.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, vol. 10-11, n.1, 2003.

BUITRAGO, Francisco Leal. *La doctrina de seguridad nacional: materialización de la guerra fría en América del Sur*. In: **Revista de Estudios Sociales**, no. 15, jun., 2003, p. 74-87.

CALDAS, Victor Hugo de Carvalho. OLIVEIRA, Rodrigo Cássio. Contando histórias na TV: do cinema clássico às narrativas seriadas. Capítulo de livro que compara e diferencia a estrutura narrativa clássica do cinema e as formas seriadas da chamada "terceira era de ouro da TV". Volumen 5, páginas 31-54. 2019.

CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. da M. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: Violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 77, p. 7–34, 2023. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/61481>>. Acesso em: 29/08/2024.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELLI, Ricardo. Relatório sobre os fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Gabinete do Interventor Federal. 2023. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/01/1-RELATORIO-FINAL.pdf>>. Acesso em: 25/08/2024.

CARDENUTO, Reinaldo. ABC da Greve, de Leon Hirszman: a escrita da história em confronto. RuMoRes, v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51226>. Acesso em: 14/08/2023.

CARREIRO, Rodrigo. **A linguagem do cinema: uma introdução**. Pernambuco: Editora UFPE, 2021.

CARVALHO, Maria do Socorro. Cinema novo brasileiro. In: MASCARELLO, Fernando (org). **História do cinema mundial**. São Paulo: Papirus, 2006.

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Los impactos sociodemográficos de la pandemia de COVID-19 en América Latina y el Caribe** (LC/CRPD.4/3), Santiago, 2022. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/47922-impactos-sociodemograficos-la-pandemia-covid-19-america-latina-caribe>>.

COLL, Liana; MENEZES, Adriana Vilar. Situação dos Yanomami expõe abandono dos indígenas pelo Estado [24/01/2023]. UNICAMP Notícias, 2023. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/01/24/situacao-dos-yanomami-expoe-abandono-dos-indigenas-pelo-estado>>. Acesso em: 03/09/2023.

COSTA, Ana Clara. A teia do golpe de 8 de janeiro. **Revista Piauí**. [versão digital]. Jun/2023.

CUT - Central Única dos Trabalhadores. Breve Histórico. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>>. Acesso em: 29/08/2023.

DE SOUZA, Fabiano Farias. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. Revista Aedos, v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/12769>>. Acesso em: 30/08/2023.

DEL VAL, Nasheli Jiménez. Estética, multiculturalismo e decolonialidade. **Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia - Dossiê: Corpos e sujeitos na/da modernidade**, v. 4, n. 1, 2020.

DEMOCRACIA em vertigem. Direção: Petra Costa. Produção: Petra Costa, Joanna Natasegara, Shane Boris, Tiago Pavan. Brasil, 2019, Netflix (121 min).

DEMOCRACIA em vertigem. IMDB. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt6016744/?ref=fn_al_tt_1>. Acesso em 29/08/2023.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A interposição dos campos: remontar a história. In: **Quando as imagens tomam posição: O olho da história**, I. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.

DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2020.

ESPACIO MEMORIA y derechos humanos (EX-ESMA). Historia. Disponível em: <https://www.espaciomemoria.ar/historia/> . Acesso em: 02/09/2023.

ESTÁTUA de Borba Gato é incendiada em São Paulo. G1 SP, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em: 20/07/2024.

FEITOZA, César; SEABRA, Cátia. Ministério cancela ato sobre 60 anos do golpe militar após decisão de Lula. Folha de São Paulo, 2024. Disponível em: < <https://folha.com/dve0nysx>>. Acesso em 23/06/2024.

FIGUEIREDO, Janaina. Meio século depois do golpe no Chile, defensores de Pinochet saem do armário. Jornal “o Globo”, 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/23/meio-seculo-depois-de-golpe-no-chile-defensores-de-pinochet-saem-do-armario.ghtml>>. Acesso em: 02/09/2023.

FREITAS, Tatiane Cardoso; LIMA, Daiane Soares; SILVA, Sérgio Pedro. O golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff e a sua dimensão patriarcal. In: MECHI, Patrícia Sposito; DULCI, Tereza M. Spyer (Org). **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Os impedimentos da memória. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.34. n.98, 2020.

GOMES, Paulo Emílio Sales. **Cinema e política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GUERRA, Flávia. 'Apocalipse nos Trópicos' investiga influência evangélica na política. Splash - UOL, 29/08/2024. Disponível em: < <https://www.uol.com.br/splash/colunas/flavia-guerra/2024/08/29/apocalipse-nos-tropicos-investiga-influencia-evangelica-na-politica.htm> >. Acesso em: 30/08/2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3**: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. [recurso eletrônico]

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

GUTERRES, António. Discurso do secretário-geral da ONU à Assembleia Geral – 21 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/145385-discurso-do-secret%C3%A1rio-geral-da-onu-%C3%A0-assembleia-geral-%E2%80%93-21-de-setembro-de-2021>>. Acesso em: 03/09/2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: O breve século XX**. (versão digital). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

INDÍGENAS derrubam estátua do colonizador espanhol Sebastián de Belalcázar. *Época*, 2021. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/epoca/mundo/indigenas-da-colombia-derrubam-estatuade-colonizador-espanhol-veja-video-24994463>>. Acesso em: 20/07/2024.

JAYO, Martin. Memória da cidade, de buzzbord a conceito em mutação. **Paranoá**, Brasília, v.1, n.33, 2022.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Lima: IEP, 2012.

KALIL, Isabela. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro” [relatório de pesquisa]. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: <

https://www.academia.edu/40062985/QUEM_S%C3%83O_E_NO_QUE_ACREDITAM_OS_ELEITORES_DE_JAIR_BOLSONARO>. Acesso em: 23/06/2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KREPP, Stella. “Brazil and non-alignment : Latin America’s role in the global order, 1961 - 1964”. In: FIELD JR, T., KREPP, S., PETTINA, V. (org.). **Latin America and the Global Cold War**. United States of America: The University of North Carolina Press, 2020.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Disponível em: <<https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/rui-barbosa-e-a-queima-dos-arquivos-ocr.pdf>>. Acesso em: 03/09/2023.

LADOSKY, Mario Henrique; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 147–170, 2014. Disponível em: <

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p147>>. Acesso em: 25/08/2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LIMA, Emilly Firmino Oliveira. **Guerras híbridas: os caminhos entre as redes sociais, a imprensa e a disputa de territórios na América Latina**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São Paulo, 2022.

LIMA, Paulo Ricardo Silva, SANTOS, Eliaquim Ferreira, TERRA, Guilhermina de Melo, SOUZA, Edivanio Duarte. **Entre o apagamento da memória e a reescrita da história: a**

desinformação acerca da escravidão no Brasil. **Revista Conhecimento em Ação**. v. 8, n. 1, pp. 153-170, 2023.

LUCENA, Andre. Como o Chile foi da “Primavera” de 2019 à vitória da extrema-direita na Constituinte. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/como-o-chile-foi-da-primavera-de-2019-a-vitoria-da-extrema-direita-na-constituente/>>. Acesso em: 02/09/2023.

MACHADO, Patrícia. Do arquivo à montagem: uma análise da produção e usos de imagens públicas e domésticas dos anos da ditadura militar no Brasil. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 36, n. 79, p. 92–111, maio 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/pXjhhvBDwVcBZKn3mZscQ9D/#>>. Acesso em: 07/09/2024.

MACHADO, Renato. Lula diz que golpe de 64 é história e que não quer remoer passado. *Folha de São Paulo*. 2024. Disponível em: <<https://folha.com/7z8otipw>>. Acesso em: 23/06/2024.

MARQUES, Ana; HORTA, Bruno; Gomes, João. "Descoloniza". Estátua de Padre António Vieira, em Lisboa, foi vandalizada. *Observador*, 11/06/2020. Disponível em: <<https://observador.pt/2020/06/11/descolonizacao-estatuade-padre-antonio-vieira-em-lisboa-foi-vandalizada-com-dizeres/>>. Acesso em: 21/07/2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MALI, Tiago. Levantamento mostra redução de militares sob Lula. *Poder 360*, 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-governo/governo/levantamento-mostra-reducao-de-militares-sob-lula/>>. Acesso em: 19/08/2024.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. p. 9-36 (1998-1999). Editado em 2003.

MARTINS, André Saboia. Anotações sobre a Intervenção na Guatemala em 1954: uma análise de suas projeções sobre as práticas sistemáticas de violação aos direitos de asilo e refúgio durante a guerra fria. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v.10, n. 2, 2016.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória: a ditadura militar no depoimento de militantes e militares**. Belo Horizonte, *Varia História/UFMG*, n. 28, dez. 2002. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b572086db43e1a02f40ca/1462458145315/10_Filho%2C+Joao+Roberto+Martins.pdf>.

MARTINS FILHO, João Roberto. As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947 – 1989). **Teoria e Pesquisa**. v. 46., jan/2005.

MECHI, Patrícia Sposito; DULCI, Tereza M. Spyer. Apresentação: Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe. In: MECI, Patrícia Sposito; DULCI,

Tereza M. Spyer (Org). **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

MEMORIAL da resistência. Memorial da resistência de São Paulo (org). São Paulo, 2018. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LIVRO_Memorial-da-Resistencia-10-anos.pdf>.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Pra frente Brasil? Cinema, memória e "transição democrática" no Brasil dos anos 1980. **Diálogos**, Maringá, v. 17, n.2, p. 709-737, mai-ago./2013. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36028/1864>>.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista memória em rede**. Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-26, 2010.

MIRZOEFF, Nicholas. White Sight: Visual Politics and Practices of Whiteness. Editorial The Mit Express. 2023.

MOTORYN, Paulo. Ministério dos direitos humanos pagou r\$ 200 mil para ação dos 60 anos do golpe militar de 1964 que Lula cancelou. Intercept Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2024/04/01/ministerio-dos-direitos-humanos-pagou-r-200-mil-para-acao-dos-60-anos-do-golpe-militar-de-1964-que-lula-cancelou/>>. Acesso em: 23/06/2024.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Bandeirantes do progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de janeiro de 1954. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 14, n. 28, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15esp, p. 9–44, 2015. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>>. Acesso em: 09/07/2024.

NEVES, Deborah Regina Leal. A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NICAS, Jack. Javier Milei gana la presidencia de Argentina, una victoria para la ultraderecha mundial. The New York Times, 2023. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/es/2023/11/19/espanol/elecciones-argentina-resultados-milei.html>>. Acesso em 26/05/2024.

NICHOLS, Bill. A voz do documentário. In: RAMOS, Fernão Pessoa (org). **Teoria Contemporânea do Cinema - Volume II: Documentário e narrativa ficcional**. Editora SENAC São Paulo, 2005.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. São Paulo: Papyrus, 2010.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NÚCLEO Memória. DOI-CODI São Paulo: percursos de um lugar de memória. Cartilha do Projeto visitas mediadas ao Ex DOI-CODI - Núcleo de preservação da memória política. São Paulo, 2019. Disponível em:

<<https://www.nucleomemoria.com.br/downloads/CartilhaNM.pdf>>. Acesso em: 03/09/2023.

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022. Disponível em:<

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7507081/mod_resource/content/1/DO%20RANSE%20A%20VERTIGEM %20Ensaios%20sobre%20bolsonarismo%20e%20um%20mundo%20em%20transi%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7507081/mod_resource/content/1/DO%20RANSE%20A%20VERTIGEM%20Ensaios%20sobre%20bolsonarismo%20e%20um%20mundo%20em%20transi%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 23/06/2024.

PENKALA, Ana Paula. A imagem-objeto e a memória: uma reflexão sobre linguagem a partir das imagens de arquivo em documentários. **Revista Digital de Cinema Documentário**, n. 13, pp. 89-130, 2012.

PEREIRA, Henrique Alonso de A.R. Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina. **História: Debates e Tendências**. v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p. 308-320.

PLANO museológico. Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo, 2019.

Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Plano-Museologico-Memorial-da-Resistencia-2019.pdf>>.

PODER360. Brasil terá Museu da Memória e Direitos Humanos, diz Dino. Poder360

Jornalismo, 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/brasil-tera-museu-da-memoria-e-direitos-humanos-diz-dino/>>. Acesso em: 23/06/2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-5, 1989.

PESQUISA Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%.

Portal G1, 22/08/2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/10/pesquisa-datafolha-bolsonaro-24-ciro-13-marina-11-alckmin-10-haddad-9.ghtml>>. Acesso em: 07/07/2024.

PESQUISA Datafolha: Bolsonaro, 24%; Ciro, 13%; Marina, 11%; Alckmin, 10%; Haddad, 9%. Portal G1, 10/09/2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/10/pesquisa-datafolha-bolsonaro-24-ciro-13-marina-11-alckmin-10-haddad-9.ghtml>>. Acesso em: 07/07/2024.

PT - Partido dos Trabalhadores. Nossa história. Disponível em <<https://pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 29/08/2023.

REINA, Eduardo. STF pode agendar audiências para debater revisão da Lei da Anistia. Agência Brasil, 23/02/2024. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/stf-podera-agendar-audiencias-para-debater-revisao-da-lei-da-anistia>>. Acesso em: 01/09/2024.

RENCK, Allende. Democracia capitalista é Vertigem. Jacobina, 2019. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2019/07/democracia-capitalista-e-vertigem/>>. Acesso em: 21/07/2024.

RIBEIRO, Heloísa Cristina. A Ditadura Militar na Argentina (1976-1983): o aparato repressivo e a Justiça de Transição. Humanidades em diálogo, v. 10, p. 100-115, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/159255>>. Acesso em: 01/09/2023.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós 1960. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/f4Ztm8ZzQsWhgywLyjWNWJq/?format=pdf&lang=pt>>.

ROCHA, Glauber. "Eztetyka da Fome 65". In: **A revolução do Cinema Novo**. São Paulo: CosacNaify, 2004.

RODOVALHO, Maria Fernanda de Toledo. Despacho de 24/05/2023 - Processo nº 2108706-43.2023.8.26.0000. 2ª Câmara de Direito Público. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Poder Judiciário. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/decisao-metro-tarscisio.pdf>>. Acesso em 03/09/2023.

ROSA, Rafael Augusto Mendes. **Documentos de arquivo na filmografia brasileira sobre a Ditadura Militar (1964-1985) : usos e ressignificações**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2019.

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: arte & indústria**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SALDIVIA, Vania Macarena Alvarado. **Memorias en disputa: el Estallido Social y la Convención Constitucional como una vía de escape a los amarres de la ditadura civil-militar chilena**. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do abc paulista e os desafios do sindicalismo atual. Lua Nova: Revista De Cultura e Política, n. 104, pp. 19,65, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/f77DLNRZ6wnwtgcsfpnyFMr/?lang=pt#>>. Acesso em: 29/08/2023.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa; VASCONCELOS, Joana Salém. "O que é a revolução hoje?". In: **Cuba no século XXI: dilemas da revolução**. São Paulo: Ed. Elefante, 2007.

SANTOS, Roberto Santana, PITILLO, João Cláudio Platenik. Brasil: o fim da Nova República - quebra do arranjo político, crise de representatividade e golpe de Estado no ocaso da república liberal brasileira. In: SANTOS, Roberto Santana, PITILLO, João Cláudio Platenik, VILLAMAR, María del Carmen Vilarreal (org.). **América Latina na encruzilhada**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SANTOS, Roberto Santana, PITILLO, João Cláudio Platenik, VILLAMAR, María del Carmen Vilarreal (org.). Apresentação. In: SANTOS, Roberto Santana, PITILLO, João Cláudio Platenik, VILLAMAR, María del Carmen Vilarreal (org.). **América Latina na encruzilhada**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SIMÕES, Leonardo; MELLO, Regina Lara Silveira. E a memória vos libertará: o lugar da memória visto no documentário Democracia em vertigem. **Cinema & Território**, n.8, pp. 72-87, 2023.

SILVA, Izabel Pimentel da Silva; QUADRAT, Samantha Viz. Memórias em Disputa: Ditaduras e Redemocratizações na América Latina. **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, v. 28, 2021.

SILVA, Uvanderson Vitor da Silva. Velhos Caminhos, Novos Destinos: migrante nordestino na região metropolitana de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOAW - School of the Americas Watch. Escuela de las Americas. Disponível em: <<https://soaw.org/escuela-de-las-americanas>>. Acesso em: 30/08/2023.

SOUZA, Aparecida Darc de. Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). Dissertação (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

STEINER, Sylvia Helena; PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. Extermínio do povo Yanomami e repercussões no direito penal internacional [03/02/2023]. Le Monde Diplomatique Brasil, 2023. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/exterminio-do-povo-yanomami-e-repercussoes-no-direito-penal-internacional/>>. Acesso em: 03/09/2023.

STEPANONI, Pablo; SCHUSTER, Mariano. A extrema direita está crescendo na Argentina. Revista Jacobin, 2023. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2023/08/a-extrema-direita-esta-ascendendo-na-argentina/>>. Acesso em: 02/09/2023.

STEPHAN, Claudia. A doutrina da segurança nacional de contenção na guerra fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). **Conjuntura Global**, vol. 5 n. 3, set./dez, 2016, p. 537-565.

SPYER, Tereza; NAME, Leo. (Org.). **Cinelatino: imagens da América Latina a serem decifradas**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020, v. 1. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/editora/livros/cinelatino>>.

SPYER, Tereza. Transições negociadas: o “Não” de Pablo Larraín e as memórias do plebiscito na pós-transição chilena. **Diálogos**, 24(1), 2020, pp. 554-580. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/45270>>.

TRAVERSO, Enzo. Derrubar estátuas não apaga a história, faz com que a vejamos com mais clareza. Jacobina, 25/07/2021. Disponível em:

<<https://jacobin.com.br/2021/07/derrubar-estatuas-nao-apaga-a-historia-faz-com-que-a-vejamos-com-mais-clareza/>>. Acesso em: 20/07/2024.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das eleições 2018. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?session=12437370068352>>. Acesso em: 07/07/2024.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das eleições 2002. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultados-das-eleicoes-2002>>. Acesso em: 30/08/2023.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República. Notícias: Setembro, 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>>. Acesso em: 07/07/2024.

VARGAS, Mateus; HOLANDA, Marianna. Plano vetado do governo Lula para 60 anos do golpe previa vídeo do Porta dos Fundos e memorial. Folha de São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://folha.com/n8zfy67b>>. Acesso em: 23/06/2024.

VERENICZ, Marina. Lula: Justiça determina o arquivamento definitivo do caso triplex. Carta Capital, 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/lula-justica-determina-o-arquivamento-definitivo-do-caso-triplex/>> Acesso em: 23/07/2024.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**. A opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2008.